



Hugo Veiga, licenciado pela Escola Superior de Comunicação Social

Melhor copywriter do mundo em 2013





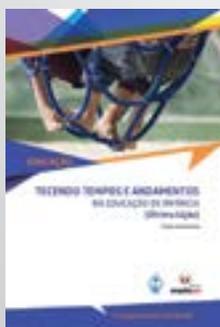
imprensa

POLITÉCNICO
DE LISBOA

www.ipl.pt



Disponível em:
Acesso Aberto
Print on demand



NOVO

Estudos, Textos concisos, com ideias críticas e orientação pedagógica. Existe desde 2014, ano em foram publicados 2 exemplares.

COLEÇÃO ESTUDOS E REFLEXÕES



Artigos científicos dos docentes, atas e balanços de conferências realizadas no âmbito do Instituto Politécnico de Lisboa. A revista Alicerces existe desde 2007, e já publicou 5 números.

alicerces



**COLEÇÃO
CAMINHOS
DO CONHECIMENTO**

Teses e ensaios dos docentes do Instituto Politécnico de Lisboa. Existe desde 2005, e tem 37 publicações, que abordam as seis áreas de ensino do IPL.

14

O presidente do Conselho Nacional de Educação, David Justino, considera que o país não tem condições para suportar a atual rede do ensino superior. O assessor para os assuntos sociais da Presidência da República, diz que precisamos de mais crescimento económico, para que os jovens, não sejam obrigados a procurar emprego fora de Portugal.



30



Aluno talentoso da Escola Superior de Comunicação Social, Hugo Veiga, com apenas 34 anos, já conquistou 23 Leões no Festival Internacional de Cannes. No ano passado foi considerado o melhor criativo com a campanha "Dove Real Beauty". A ideia foi desenvolvida com Diogo Machado, e teve mais de 60 milhões de visualizações no Youtube.

38

O tenor Luís Madureira, professor na Escola Superior de Música de Lisboa, celebra, este ano, 4 décadas de uma carreira inigualável. A Politécnica traça o perfil deste homem, mestre da arte interpretativa e dotado de uma voz versátil e de plena maturidade. Extremamente humano, preocupa-o os problemas sociais que assolam o país.



50



Empreendedor por natureza, Lucas Bueno aprendeu a costurar sozinho. Apaixonado pela dança e moda, aos 18 anos confeccionou todos os figurinos do grupo de dança, do qual fazia parte. Os elogios e o sucesso de vendas nas redes sociais, motivaram-no a criar a marca Cruz Bueno.

Sumário

- 5** [Parar Para Pensar](#)
L. M. Vicente Ferreira
- 6** [Ronda das Escolas](#)
- 9** [Opinião](#)
A transparência da vida pública
Domingues de Azevedo
- 10** [Memória](#)
Relíquias de Teatro inéditas
Luísa Marques, Guilherme Filipe
- 14** [Grande Entrevista](#)
David Justino, presidente do CNE
Vanessa de Sousa Glória
- 22** [Voz aos alunos](#)
Estudantes mais unidos
Luís Castro
- 23** [Novo e Importante](#)
Serviço de Saúde Ocupacional
Manuel Correia, Ana Raposo
- 26** [Investigação](#)
Projeto Horizonte 2020
Rute Agostinho
Pensar Indústria
Luís Osório
- 30** [Histórias de Sucesso](#)
O criativo de ouro
Clara Santos Silva
- 38** [Protagonista](#)
Luís Madureira, músico multifacetado
Clara Santos Silva
- 48** [Empreendedorismo](#)
Empreendedor e empresário
Maria Duarte Bello
- 50** [Profissão](#)
Lucas Bueno, designer e bailarino
Vanessa de Sousa Glória
- 56** [Um caso exemplar](#)
Tecnologias de Apoio para crianças
Clarisse Nunes, Francisco Vaz, Isabel Madureira e Teresa Leite
- 58** [Para refletir](#)
Jovens de hoje
Lia Pappámikail
- 61** [Provedor do Estudante](#)
Lurdes Serrazina
- 62** [Mala Diplomática](#)
"Erasmus+" faz-te voar
Carla Ruivo
- 64** [Estante](#)
- 66** [Tribuna Livre](#)
Cristina Loureiro

ESTATUTO EDITORIAL

1. A revista Politecnia é uma publicação trimestral, editada pelo Instituto Politécnico de Lisboa, que assegura e disponibiliza informação de referência sobre a vida do IPL e a atividade das oito escolas que o integram;
2. A Politecnia respeita a Constituição da República e as leis que se enquadram nos direitos, obrigações e deveres da Imprensa, tendo em conta o Código Deontológico dos jornalistas. E compromete-se a respeitar os direitos e deveres inerentes à liberdade de expressão e ao direito a ser informado, observados que sejam os princípios consignados neste Estatuto Editorial;
3. A Politecnia rege-se por critérios de rigor e honestidade, sem dependências de ordem ideológica, política ou económica, no respeito integral pelos Estatutos e a Lei Orgânica do IPL;
4. A Politecnia elege como público de referência as instituições (económicas, políticas e sociais) da sociedade civil e o corpo docente das oito escolas do IPL, e os alunos, pais e educadores em geral;
5. A Politecnia quer contribuir para a unidade do IPL e a afirmação da sua cultura própria, em prol do desenvolvimento em Portugal de um Ensino Superior de qualidade, apostado na qualificação profissional dos alunos;
6. A Politecnia diferencia os artigos de conteúdo opinativo dos artigos informativos e reserva-se o direito de interpretar e comentar, nos seus espaços de opinião, os fatos e acontecimentos de âmbito educativo que se relacionem com a sua atividade;
7. A Politecnia está aberta à colaboração de todos os docentes do Instituto Politécnico de Lisboa que tenham contributos, no domínio da Educação, importantes que queiram partilhar;
8. A Direção da Politecnia reserva-se o direito de não publicar a colaboração não solicitada, que considere não ter a qualidade pretendida;
9. A responsabilidade dos textos publicados é inteiramente assumida pelos seus autores;
10. A Politecnia participa no debate dos grandes temas da atualidade educativa, relacionados com o Ensino Superior, tendo em vista a discussão de questões de interesse para o IPL e a troca de ideias entre aqueles que se preocupam e dedicam ao seu desenvolvimento e prestígio.

POLITECNIA

Ano XIII Número 28 março 2014

Director

L. M. Vicente Ferreira

Editor

Gabinete de Comunicação e Imagem

Redatores

Clara Santos Silva, Charlene Uez, Margarida Jorge e Vanessa de Sousa Glória

Fotografia

Bruna Viegas, Charlene Uez, ESTeSL, Stock.xchng, Pedro Santos e Vanessa de Sousa Glória

Correspondentes

Ana Raposo (Saúde), Célia Cardoso (Dança), Carla Nogueira e Roger Madureira (Contabilidade e Administração), Lucy Wainwright (Educação), Luísa Marques e Pedro Azevedo (Teatro e Cinema), Marcos Melo (Comunicação Social) e Susana Teque (Engenharia)

Colaboradores Permanentes

José Cedoura, Luís Osório e Luísa Marques

Colaboradores

Carla Ruivo, Clarisse Nunes, Domingues de Azevedo, Francisco Vaz, Guilherme Filipe, Isabel Madureira, Lia Pappámikail, Luis Castro, Maria Duarte Bello, Maria de Lurdes Serrazina, Nádia Paixão, Rute Agostinho, Teresa Leite

Colunista

Cristina Loureiro

Grafismo e Paginação

Clara Santos Silva e Vanessa de Sousa Glória

Propriedade

Instituto Politécnico de Lisboa
Estrada de Benfica, 529
1549-020 Lisboa
Telefone: 217 101 200
Fax: 217 101 236
e-mail: gci@sc.ipl.pt
site: www.ipl.pt

Redação, Admin. e Publicidade

Estrada de Benfica n.º 529
1549-020 Lisboa

Impressão

Europress, Editores e Distribuidores de Publicações
Rua João Saraiva, 10A
1700-249 Lisboa
Depósito Legal- 158054/2000
ISSN- 1645-006x

Tiragem: 4 000 exemplares

Capa:

Vanessa de Sousa Glória (arranjo gráfico)
Foto de Daniela Quintela, cedida pela GlobalImagens

A Politecnia aderiu ao Novo Acordo Ortográfico

Doutoramento em meio empresarial e artístico

HOJE, todos temos consciência que o grande recurso europeu, se não mesmo o único, é o conhecimento e este está intrinsecamente associado aos recursos humanos de formação avançada.

Na era da globalização, em que verdadeiramente podemos destacar três grandes mercados, Estados Unidos, Europa e Ásia, onde a competitividade europeia perde em termos tecnológicos com os Estados Unidos e perde com a Ásia em termos de mão de obra intensiva barata, resta à Europa a senda do conhecimento para reposicionar-se numa posição de liderança perante uma economia global altamente competitiva, de modo, a podermos continuar a acreditar no futuro e a ter ambições para o nosso próprio desenvolvimento socioeconómico.

É, por isso, claro, que se torna urgente para a sociedade portuguesa, que os quadros superiores de formação avançada, com particular destaque para as formações ao nível do doutoramento, possam ingressar não só nas comunidades científica e académica, como tem acontecido nos últimos anos quase exclusivamente, mas também em todos os outros setores da economia, com especial realce para os agentes de atividades artísticas, empresariais, industriais e outras de igual relevância.

Mas, para que isto aconteça, é necessário que as formações se adequem às necessidades emergentes dos vários setores, de molde a promover a qualidade e o nível de desenvolvimento que Portugal ambiciona. Um modelo único de formação avançada, ao nível do doutoramento, que não tenha em conta os interesses dos diferentes agentes socioeconómicos parece cada vez mais desajustado às exigências da sociedade do conhecimento em que vivemos.

É, pois, preciso reconhecer que os doutoramentos que têm suportado o recrutamento para as comunidades científica e académica têm, como se impõe, dada a natureza destas comunidades, sido concebidos numa base de investigação fundamental, elementar para qualquer modelo de sociedade, mas que na maioria das situações, salvo honrosas



L. M. Vicente Ferreira

" (...) o grande recurso europeu, se não mesmo o único, é o conhecimento (...)

exceções, não têm dado resposta adequada às necessidades dos setores empresarial, industrial e artístico nacionais.

Neste sentido, torna-se urgente a promoção de ciclos de estudos especializados ao nível do doutoramento de proximidade e forte ligação com estes setores, alicerçados numa base de criatividade, inovação e investigação aplicada, ainda que, muitas vezes, seja difícil distinguir as fronteiras entre a investigação científica aplicada e a fundamental.

Mas, se esta fronteira é, ténue e, por vezes, até ambígua, o que temos como certo é que o modelo atual dos doutoramentos, para além das comunidades científica e académica, não tem sido aceite com particular interesse, nem se perspetiva que esta atitude mude, a curto prazo, pelos demais agentes económicos. Importa, pois, envidar esforços e tudo fazer para reverter esta situação.

Se temos a perceção e a convicção de que é preciso adequar a estrutura de formação avançada, em função das necessidades dos diferentes agentes – tendo sempre presente que esta formação exige como princípios fundamentais:

i) base científica sustentada na investigação e ii) desenvolvimento das capacidades de inovação e de criatividade, para se dar corpo às elites que integrarão os vários setores de atividade económica –, então, julgamos que a designação de doutoramento, associada a uma especificação em termos de especialização e feita em parceria com esses setores, pode ajudar à sua penetração mesmo nas áreas mais refratárias. Nesta perspetiva, toma forma um conceito diferente de formação de terceiro ciclo que designaremos de “Doutoramento em Meio Empresarial ou Artístico”.

Para o desenvolvimento deste conceito, o ensino politécnico tem forçosamente uma palavra a dizer.

De facto, ao longo dos últimos 30 anos a ação do ensino politécnico em Portugal, centrou-se em três aspetos fundamentais: democratização do Ensino Superior, desenvolvimento regional e preparação para as profissões. Estes três aspetos matizam uma atividade de intervenção de grande proximidade com a realidade socioeconómica e capacidade de resposta às necessidades do tecido empresarial, industrial e artístico das regiões e do País, conferindo-lhe um ADN próprio e singular para exigir para si a capacidade de ministrar com êxito os “Doutoramento em Meio Empresarial ou Artístico”, sujeitando esta condição a requisitos de qualidade, atestados por parâmetros objetivos, que possam garantir formações dotadas de uma forte componente científica e de inovação.

Trata-se, pois, de uma medida que a curto/médio prazo vai:

a) induzir a possibilidade de criação e fixação de elites capazes de impulsionarem cada vez mais o desenvolvimento das populações do interior;

b) permitir o aparecimento de redes de investigação científica com forte interação com as comunidades locais e tecido empresarial;

c) responder às necessidades dos vários setores económicos, fornecendo quadros ao mais alto nível de formação, capacitados para promover o aumento do valor acrescentado dos produtos e a competitividade nacional.

Patrick Hurde, referência na Dança em Portugal

PATRICK Hurde, nome artístico de David Maurice Higgins (1936 – 2013) foi professor adjunto, docente fundador da Escola Superior de Dança, do Instituto Politécnico de Lisboa e um nome de referência na arte da Dança em Portugal.

A sua ação em contextos de intervenção multifacetados contribuiu indubitavelmente para a elevação do nível artístico, do desenvolvimento e da valorização da dança em Portugal, nos últimos 50 anos. Foi um bailarino de excelência, coreógrafo, pedagogo e até 2013, crítico de dança e escritor na revista da especialidade *Dance Europe*.

A sua educação artística iniciou aos 10 anos na Sadler's Wells School (mais tarde The Royal Ballet School). Aos 17 anos já integrava a companhia Sadler's Wells Theatre Ballet, onde rapidamente interpretou papéis de solista de grandes coreógrafos como Ashton, Cranko, e Rodrigues entre outros. Este percurso influenciou toda a sua vida profissional no sentido da excelência e exigência artística de alto nível. Ainda jovem diversificou a sua ação explorando também o que se consideraria um campo mais comercial, com intervenções em televisão, publicidade e espectáculos musicais. Aos 20 anos rumou ao Canadá onde integrou o National Ballet of Canada. Naquele tempo, os bailarinos tinham uma época de 6 intensos meses de trabalho e os restantes meses do ano, ficariam em situação de desemprego. Descontente com a situação, viajou para os Estados Unidos da América, onde trabalhou em espectáculos de televisão e musicais (1957/8) e teve oportunidade de dançar com antigas estrelas de cinema como Ginger Rogers, Betty Hutton e outras celebridades da época. Volta ao Canadá, desta vez na qualidade de solista convidado do elenco de Les Grand Ballets Canadiens. Após um período de sucesso, esta companhia acabaria por encerrar devido a problemas financeiros. Regressa então a Inglaterra onde conhece Walter Gore, famoso coreógrafo e



bailarino que lhe oferece um lugar de primeiro bailarino numa companhia que estaria em vias de formar-se em Portugal (1965), trata-se do Grupo Gulbenkian de Bailado (mais tarde Ballet Gulbenkian).

Inicia-se assim a ligação com Portugal que perduraria até ao final dos seus dias. Na Fundação Calouste Gulbenkian, Hurde dança e coreografa com sucesso e aplauso do público e da crítica. Mais tarde, em 1975, inicia o seu percurso docente tendo sido contratado como professor na Escola de Dança do Conservatório Nacional. Para além da sua reconhecida competência artística, vê necessidade de uma formação específica para a do-

cência e investe em formação adquirindo os graus de Licenciado e Fellow da Imperial Society of Teachers of Dancing (Londres).

Habitado a um intenso ritmo de trabalho, diversifica a sua ação coreografando também para a Academia de Bailado Clássico Pirmin Trecu (um ex-colega do Royal Ballet) no Porto e em simultâneo torna-se um dos professores fundadores da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal. A confirmar o reconhecimento da sua obra coreográfica, o programa inaugural da Companhia Nacional de Bailado, apresentava em 1977 uma coreografia de sua autoria.

Desde 1986, Patrick Hurde foi um dos professores do corpo docente inicial da Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa. Na ESD, contribuiu durante cerca de 18 anos, com o seu amplo saber e experiência para a consolidação da área da Educação em Dança Clássica, prestando (até à data da sua aposentação em 2004), um excelente apoio à implementação e desenvolvimento da metodologia Fewster criada especificamente para o contexto nacional e consequentemente à formação de professores de dança em actividade por todo o país.

A experiência no campo do espectáculo comercial foi outra das áreas em que a sua marca se faria sentir. Na sociedade Portuguesa de Autores existem mais de 200 programas registados com coreografia da autoria de Patrick Hurde. Trata-se de programas de televisão, (o 123, é um exemplo), Galas, cinema, teatro e publicidade. A P.H. se deve também a introdução de bailarinos com formação académica/clássica nestes contextos e a consequente elevação do nível artístico dos mesmos.

Sempre surpreendente, em 2001 já com 65 anos, ressurgiu como intérprete contemporâneo na obra premiada de Rui Horta – Pixel. A sua versatilidade e entrega artística foram mais uma vez amplamente reconhecidas.

Vera Amorim
Docente da Escola Superior de Dança

Daniel Monteiro eleito presidente da FNAEESP

AOS 22 ANOS, Daniel Monteiro, aluno da licenciatura em Gestão, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, foi eleito presidente da Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico.

"Mais e melhor" é o que pretende o estudante do IPL, que sucede a Bruno Fragueiro, do Instituto Politécnico de Setúbal.

Preocupado com o futuro do ensino superior politécnico, o dirigente estudantil quer tornar a FNAEESP uma "estrutura mais ativa e interventiva", reaproximando-a das associações de estudantes.

No discurso de tomada de posse, que decorreu nos serviços da presidência do Instituto Politécnico de Lisboa, o estudante reforçou críticas ao Ministério da Educação e Ciência, e ao que considera "a tentativa de fazer do ensino politécnico, um parente pobre do ensino superior". Referindo-se aos cursos de curta duração no ensino politécnico, Daniel Monteiro acusou a tutela de fazer experiências, e sugere que antes de

alguma decisão "ouçam as necessidades do mercado de trabalho".

Na cerimónia de tomada de posse esteve presente o presidente do IPL, Vicente Ferreira, também em representação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, que aproveitou a ocasião para elogiar o movimento associativo estudantil. À nova direção lançou o desafio de ajudar a "dignificar e defender o ensino superior politécnico", que considera estar a ser "maltratado por algumas opções políticas".

Já o presidente de Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Francisco Faria, não deixou de comparecer para apoiar o aluno, agora presidente da FNAEESP, reforçando a "vitalidade do movimento estudantil na luta a favor de princípios que estão a ser atacados".

A Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico surgiu em 1989, é constituída por 41 associações de estudantes do ensino politécnico e representa mais de 100 mil estudantes do ensino superior politécnico.



Aluno do ISEL faz história no automobilismo



MIGUEL Faísca, estudante de engenharia mecânica, foi o primeiro português a alcançar o título de campeão europeu da GT Academy 2013, em Silverstone, competição organizada pela Playstation e pela Nissan.

O futuro engenheiro é hoje piloto da marca automóvel e já conta com uma vitória internacional, dando o primeiro passo para a realização de um sonho de infância

Com a vitória da competição, Miguel Faísca viu assegurado o direito a frequentar o programa intensivo de Desenvolvimento de Pilotos para preparar a temporada de 2014, ao volante de um onde vai correr num Nissan GT-R Nismo com mais de 500 cavalos. A GT Academy é uma colaboração entre a Playstation e a Nissan que utiliza o mundo virtual do jogo de corrida para descobrir novos talentos para as corridas reais. ano, se qualificou na competição do jogo Gran Turismo.

Cursos do IPL acreditados pela A3ES



ESTÃO a decorrer, desde o ano letivo 2011/2012, os processos de avaliação e acreditação a ciclos de estudos em funcionamento no Instituto Politécnico de Lisboa, levados a cabo pela A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior). Este período de avaliações termina no ano letivo 2015/2016.

Durante os primeiros dois anos deste primeiro ciclo avaliativo formal, 2011/2012 e 2012/2013, o IPL obteve a acreditação favorável de todos os ciclos de estudos, cujos processos já se encontram concluídos, maioritariamente acreditados pelo período de cinco anos, prazo máximo de acreditação atribuído pela A3ES, o que certifica a validade e qualidade da oferta formativa nas Unidades Orgânicas deste Instituto.

Os cursos de licenciatura e de mestrado avaliados nos primeiros dois anos pertencem às áreas da Comunicação, Formação de Professores, Contabilidade e Engenharia.

No presente ano letivo encontram-se em processo de avaliação cinco cursos na área da Engenharia e da Gestão Industrial, quatro ministrados no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e

um ministrado na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

Para os dois últimos anos deste Primeiro ciclo avaliativo, 2014/2015 e 2015/2016, estão previstas as avaliações dos ciclos de estudos nas áreas

das Artes do Espetáculo, Produção dos Media e Multimédia, Ciências da Educação e Saúde.

Este processo de avaliação e acreditação é realizado em várias fases, das quais se destacam o preenchimento do Guião de Autoavaliação na plataforma eletrónica da Agência e a visita da Comissão de Avaliação Externa (CAE), que inclui reuniões com vários intervenientes (docentes, não-docentes, estudantes, diplomados, entidades empregadoras).

A decisão final da Agência e Avaliação e Acreditação do Ensino Superior é baseada no relatório elaborado pela CAE designada para proceder à avaliação de cada curso.

Os ciclos de estudos em funcionamento são avaliados em várias vertentes, designadamente, ao nível da sua estrutura curricular e planos de estudos, bem como o corpo docente associado ao curso, recursos materiais, parceiras com entidades nacionais e internacionais, eficiência formativa, empregabilidade, atividade científica e investigativa.

Nádia Paixão

Gabinete de Qualidade e Acreditação

Garantia de qualidade

A AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO e Acreditação do Ensino Superior foi instituída pelo Estado Português em 2007, tendo iniciado a sua atividade em 2009. Tem como missão garantir a qualidade do ensino superior em Portugal e a promoção de uma cultura institucional interna de garantia da qualidade, através da avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior. O objetivo principal da Agência é proporcionar a melhoria da qualidade do desem-

penho das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos e garantir o cumprimento dos requisitos básicos do seu reconhecimento oficial.

São órgãos estatutários da Agência o Conselho de Curadores, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho Consultivo e o Conselho de Revisão.

Do Conselho de Curadores fazem parte personalidades de reconhecido mérito e experiência, nomeadas pelo ministro com a pasta do ensino superior, nas quais se inclui António Almeida e Costa, primeiro presidente do Instituto Politécnico de Lisboa.

A transparência da vida pública



Domingues de Azevedo
Bastonário da Ordem dos
Técnicos Oficiais de Contas

Não se pode dizer que o despertar dos portugueses ande, nos últimos anos, a ser muito tranquilo. Se por um lado ficam a saber à hora do pequeno-almoço dos novos sacrifícios impostos nas páginas dos jornais, é pelos mesmos meios de comunicação que são informados de novos “buracos” no erário público. Primeiro foi o BPN, depois a Região Autónoma da Madeira e, em último lugar, foi a vez dos “swaps” entrarem no léxico nacional.

Este caso é demonstrativo da ausência de responsabilidade, até mesmo de escrúpulos, de alguns gestores de empresas públicas em atos de gestão que configuram uma autêntica “roleta russa” com prejuízos avultados para empresas, já de si deficitárias.

Alinhar em operações especulativas e de alto risco quando está em jogo dinheiro de todos nós é, no mínimo, um ato de irresponsabilidade, que tem de ser punido exemplarmente.

O cenário é mais gravoso quando se sabe que os primeiros alertas surgiram em 2009 e ninguém levantou um dedo para por cobro à situação. Mas os casos não se ficam pelos “swaps”. Acontecimentos recentes ocorridos na nossa administração pública têm ilustrado a falta de rigor na resolução de diversas questões mas, acima de tudo, a falta de iniciativa e necessidade de justificar razões porque se atingiram limites inconcebíveis.

A eleição do funcionário público como uma espécie de origem de todo o mal que assola a nossa economia, a par da criação de uma imagem de benefício injustificado, não indicia nada de bom no funcionamento da administração pública. Teme-se que na vaga de rescisões, e posteriores despedimentos, sejam sacrificados alguns dos mais capazes, na ânsia de emagrecer, a todo o custo, os quadros da função pública.

A transparência da vida pública é hoje um imperativo das sociedades modernas e um direito inalienável dos cidadãos. Se nos pedem que sacrifiquemos uma parte cada vez mais substancial da nossa comodidade, sonhos e projetos no cumprimento dos atos de cidadania, é evidente que podemos e devemos questionar como é usado esse esforço e se não haveria outra forma de produzir os mesmos resultados, percorrendo outros caminhos.

Se, de forma simples, existisse um sistema que elucidasse os cidadãos sobre o custo de funcionamento de um tribunal, hospital, escola ou esquadra de polícia, certamente teríamos uma sociedade mais esclarecida, participativa e mais motivada para

cumprir os seus deveres de cidadania. Infelizmente, há um imenso trabalho a fazer nesta matéria. Sem contas claras e cristalinas não é possível pensar em proezas económicas. Se não sabemos o que temos, o que devemos e aquilo que nos devem, como podemos nós pensar em economia próspera e sustentada?

Para termos boas contas é necessário uma organização capaz de as construir com rigor e adesão à realidade, onde as lamentáveis cenas de faturas não contabilizadas e a proliferação de operações especulativas lesivas do bem comum, não sejam mais possíveis num país que se quer civilizado e onde, normalmente os mais desprotegidos, pagam os desmandos e as incompetências dos outros.

Sabemos que as alterações de comportamentos na administração pública e até ao nível da cultura de gestão não são fáceis de imprimir, mas como continuamos a pensar que agitar as águas tem mais benefícios do que ficar imóvel num atoleiro, defendo que seria urgente introduzir a contabilidade de custos em toda a administração do que é público. Portanto, do que é de todos. Em nome da transparência da vida pública.

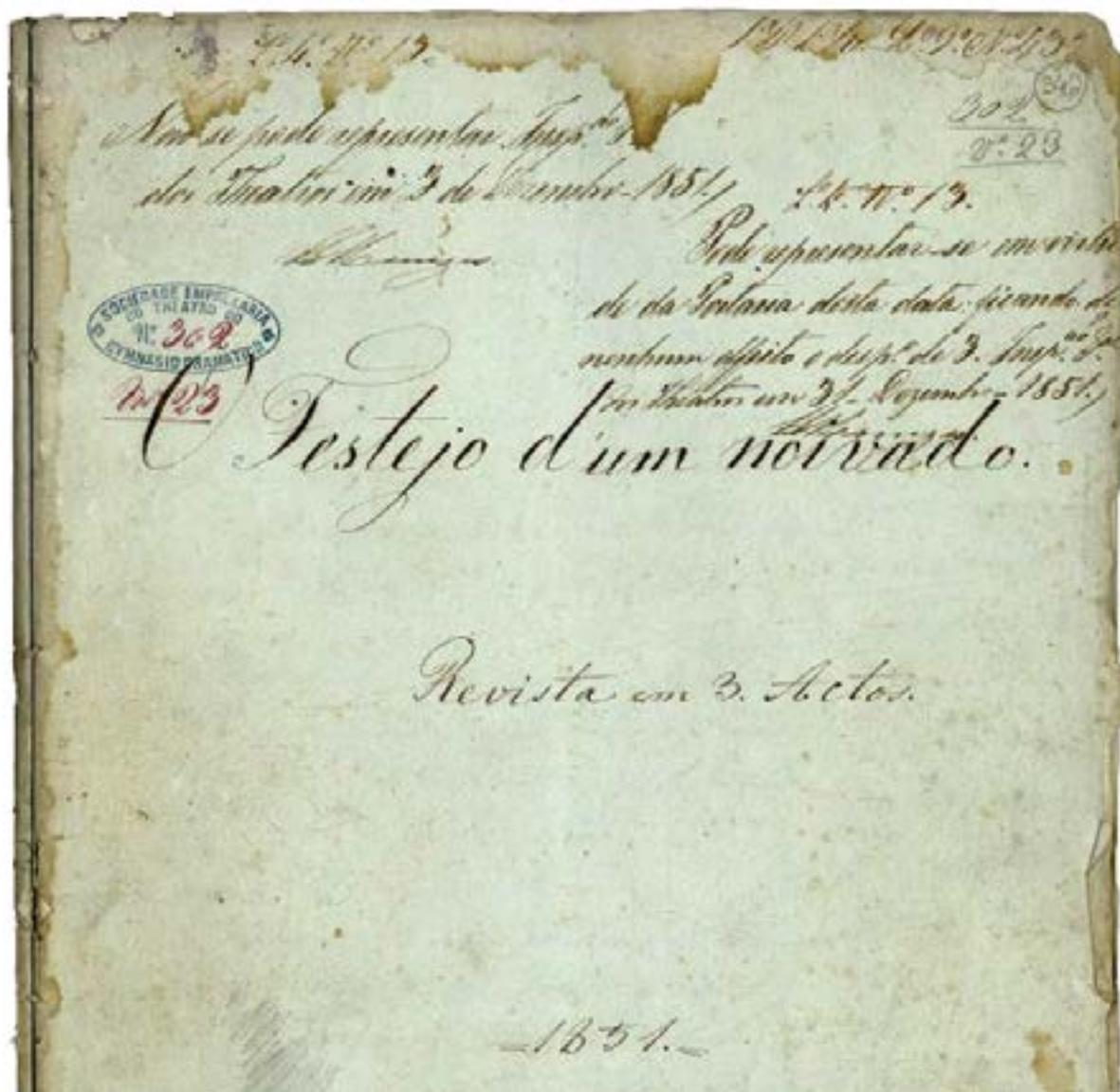


Manuscritos dos séculos XVIII e XIX

Relíquias de teatro inéditas saem do arquivo para digital

Peças de teatro manuscritas dos séculos XVIII e XIX, da antiga Escola de Teatro do Conservatório Nacional, sobreviveram até aos dias de hoje, graças a Eugénia Vasques, a professora, conhecida no Conservatório, por ser amante de “papéis velhos”, que as salva do caixote do lixo. O valioso património histórico inédito está a ser recuperado, pela Escola Superior de Teatro e Cinema com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Brevemente vai estar disponível ao público numa biblioteca digital.

*Textos de Luísa Marques**



Peça de Teatro manuscrita datada de 1851

A BIBLIOTECA da Escola Superior de Teatro e Cinema herdou da antiga Escola de Teatro do Conservatório Nacional um espólio histórico, iniciado por Almeida Garrett no então Conservatório Real de Lisboa, a partir de 1839, composto por livros, revistas, documentos de funcionamento da instituição, correspondências pessoais e institucionais, originais de autores portugueses, e por peças de teatro manuscritas, datadas dos séculos XVIII, XIX e XX.

O espólio de peças de teatro manuscritas tem várias origens: submetidas pelos autores a Concurso para prémio e as que se submetiam ao parecer censório da Inspeção Geral dos Theatros, que funcionava no Conservatório.

Sabemos que esta documentação passou por diversas vicissitudes entre as quais incêndios, fazendo com que muitas delas estejam completa ou parcialmente queimadas, coladas pela água e ainda rasgadas e incompletas. As peças deste espólio valioso sobreviveram e chegaram até aos nossos dias porque a Professora Eugénia Vasques,

As peças que conseguiram chegar até aos nossos dias em bom estado de conservação requerem, empenho em as tratar, recuperar e colocar ao serviço dos investigadores

conhecida no antigo Conservatório por ser amante de “papéis velhos”, as salvou do destino do caixote do lixo.

As peças que conseguiram chegar até aos nossos dias em bom estado de conservação requerem, empenho em as tratar, recuperar e colocar ao serviço dos investigadores.

Percebe-se, hoje, a importância deste património da história do teatro português, existem espécies que não estão referenciadas, ou estudadas, ou na bibliografia especializada, ou em bases de dados de teatro. A digitalização é indispensável para divulgar parte da história do teatro dessa época e, acima de tudo, porque é uma documentação única e de grande valor documental.

Sendo a biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema, respon-



Peça manuscrita de uma revista em 3 actos

sável pelo tratamento técnico, preservação e divulgação dos acervos documentais, histórico e contemporâneo, em permanente construção e atualização, candidatou-se, em fevereiro de 2013, ao Concurso de Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais da Fundação Calouste Gulbenkian.

O projeto, aprovado a 31 de maio, vai apoiar a criação da “Biblioteca Digital” deste acervo. O objetivo principal deste projeto é a implementação de um plano regular de transferência de suporte através da digitalização, considerada como meio tecnológico mais eficaz de apoio à preservação da informação, permitindo deste modo proporcionar o acesso aos utilizadores.

Está em causa, o tratamento em suporte digital de 60 000 imagens que, numa primeira fase, vai incluir as espécies manuscritas dos séculos XVIII e XIX. O tratamento digital vai ser feito por uma empresa com competência para esta intervenção nos arquivos históricos.

Visa-se, com este tratamento, colocar, em catálogo online, a informação bibliográfica das peças manuscritas com acesso, total ou parcial, ao documento digital. No trabalho vai colaborar um aluno do Mestrado de Teatro, em regime de voluntariado.

* Bibliotecária da Escola Superior de Teatro e Cinema

Armários de Pandora na ESTC



“...ENTRE OS MANUSCRITOS do Arquivo Histórico da Escola Superior de Teatro e Cinema, três armários de Pandora, muitos inéditos partilham o destino de Lisboa em 1850: salvados do incêndio, aguardam o resgate do esquecimento”, assim se refere o ator Guilherme Filipe, ao espólio da escola, na revista “Sinais de Cena”, da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro, publicada em 2012.

Guilherme Filipe, é assíduo leitor da biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema. É Conhecido do grande público, pela participação na mítica série dos anos 80, “Duarte e Companhia”, no desempenho da personagem Lúçifer.

Atualmente dá vida ao padre Justino, personagem da série portuguesa “Beirais”. Paralelamente à reconhecida carreira como encenador e ator de teatro, cinema e televisão, Guilherme Filipe desenvolve atividade como investigador no Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Mestre em Estudos de Teatro, licenciado em Formação de atores e encenadores e em Filologia Germânica.

Um arquivo histórico enquanto baú de memórias

A Biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema, tal como a do Teatro de D. Maria, do Museu Nacional de Teatro, ou os arquivos Osório Mateus (Faculdade de Letras de Lisboa) e Jorge de Faria (Faculdade de Letras de Coimbra), devido à sua especificidade, são amplos repositórios de espécies sobre artes de palco, e centros de documentação valiosos para investigadores da área de produção teatral, interligando a produção dramática com a realização do espetáculo e a sua receção estética.

*Textos de Guilherme Filipe**



OS ACERVOS históricos, guardando obras únicas, entre manuscritos e dactiloscritos que não viram a letra de imprensa, abrem-se como um campo arqueológico para o estudo do fenómeno teatral, enquanto polissistema cultural de abrangência local, regional ou nacional. A percepção contemporânea desta realidade tem motivado os investigadores do Centro de Estudos de Teatro (FLUL), supervisionados pelos professores Maria Helena Serôdio, Maria João Brilhante e José Camões, na criação de projetos pioneiros, bases de dados que expõem o universo do espetáculo (CET Base; Opsis), da produção dramática (CET-e-quinhetos; Teatro Português do Século XVII) e dos Documentos para a História do Teatro em Portugal (CET HTP online).

Qualquer objeto constante de um espólio corresponde a um testemunho individual, que na interligação com outros objetos afins possibilita elaborar uma trama de lógica interpretativa, que permite indiciar um tecido cultural definidor de relações espaço-temporais. Théodore Muret, no prefácio de *L'Histoire par le théâtre* (Paris, 1865), concluía que "obras de circunstância, índole e fisionomia das peças, alusões procuradas pelos autores ou criadas pelos espectadores, aplausos, apupos, soirées triunfais ou calamitosas" constituíam um "manancial de revelações, de sinais curiosos, que permaneceriam desconhecidos, se não lhes dessemos um complemento menos severo, a que poderíamos chamar de folhetim da história". Muitas das espécies que constituem estes acervos de teatro



correspondem às fontes primeiras que sustentam a afirmação do historiador francês. Através de pareceres censórios, de notações cénicas ou de comentários marginais, delineiam-se contornos que aludem a tempos e vivências históricas que podem bastas vezes pôr em causa algumas certezas vigentes e obrigar a redefinir conceitos sobre as práticas teatrais de outros tempos.

Na pesquisa de doutoramento a que me dediquei, percebi ser necessário constituir uma base de dados sobre o texto dramático oitocentista, abundante literatura de massas, cuja edição impressa passou em grande parte por coleções de folhetos e por publicações em fascículos, que A. F. Castilho designou por “periódico-livro”. Todavia, a procura bibliográfica tornou evidente que o raciocínio conclusivo poderia estar ferido na sua essência, na medida em que a obra dramática desse período de atividade teatral apresenta maior edição cénica, do que impressa, facto já identificado por Ana Isabel Vasconcelos na sua investigação bibliográfica, da qual resultou o inventário cronológico de obras dramáticas Repertório Teatral na Lisboa Oitocentista (1835-1846). À coleção de informação dada à estampa associámos então a procura de obras manuscritas e o resultado demonstrou que, para além das obras

canonizadas referenciadas nas diversas Histórias do Teatro em Portugal, existia um número inequivocamente grande de obras originais, traduzidas e imitadas, tanto por dramaturgos de reconhecido mérito literário, como por autores que a história dramática não perpetuou, mas que, todavia, sustentaram a indústria teatral dos teatros públicos de Lisboa, Porto e restantes cidades de província, quer das companhias profissionais, quer dos grupos amadores que mimetizavam aquelas.

O acervo histórico da Escola Superior de Teatro e Cinema, fruto de proveniências diversas, constitui um aliciente campo de trabalho de investigação sobre o teatro profissional e amador, desde a análise da escolha de repertórios - Teatro da rua dos Condes, das Variedades, do Ginásio, entre outros particulares -, à identificação da distribuição de intérpretes, ou ao estudo dos problemas de tradução e adaptação de obras estrangeiras. São múltiplas as perspetivas que se abrem para a organização deste espólio dramático, na recolha de informação para-teatral. Entre as obras ditas menores, de entretenimento comercial, tantas vezes criticadas pela crítica coeva e contemporânea, encontram-se inéditos até agora apenas referenciados na imprensa do tempo, de que se desconheciam os originais.

Desse baú de recordações, de memórias que foram vivas, para goáudio total de investigador, assinalamos os exemplares das primeiras revistas escritas em Portugal: O Ano de 1850 (1851), de Latino Coelho e Francisco Palha, O Festejo de um Noivado (1852) e Qual deles o trará (1853), ambas de Brás Martins. Qualquer delas identificadas por Luiz Francisco Rebello, na História do Teatro de Revista em Portugal (1984), como irremediavelmente perdidas, mas que agora sairão do limbo do anonimato, graças aos esforços da biblioteca e da sua bibliotecária Luísa Marques, no projeto de digitalização desses exemplares, que solicitam desde já o seu estudo histórico-literário, como documentos críticos dos primórdios da Regeneração e dos melhoramentos materiais do liberalismo, conforme registámos no artigo que escrevemos para a revista Sinais de Cena, intitulado “Quando as Revistas eram do Ano”. Esperemos que este primeiro esforço tenha continuidade em outros momentos e em outras instituições, que, por vezes, têm subestimado o documento teatral, votando-o ao caixote do lixo, por desconhecimento do seu real valor.

* Investigador do Centro de Estudos de Teatro (Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa)

David Justino, Conselho Nacional de Educação

“O ensino politécnico tem de valorizar o seu papel e divulgar estudos de empregabilidade”

Ex-ministro da Educação, David Justino alerta que o país não tem condições para suportar a atual rede de ensino superior. O presidente do Conselho Nacional de Educação não receia dizer, em entrevista à revista *Politecnia*, que há cursos que só existem para manter os professores. Defensor da realização de estudos de viabilidade, sempre que se decida criar um novo curso, incentiva as universidades e politécnicos a tornarem-se mais competitivos e a colaborarem entre si, para ultrapassar os desafios do futuro.

Entrevista por Vanessa de Sousa Glória • Fotos de Clara Silva



POLITECNIA – A revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, foi uma das prioridades que assumiu quando tomou posse como presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE). Que alterações propõe fazer?

Professor Doutor David Justino – A proposta não é alterar a Lei de Bases, mas avaliá-la. Pretendemos saber, até que ponto, a Lei, com praticamente trinta anos de existência, é orientadora do sistema educativo, ou, se está desadequada. Quando a Lei de Bases do Sistema Educativo foi publicada, em 1986, a sociedade portuguesa era completamente diferente do que é agora. Não era imaginável, na altura, o progresso assinalável que se fez na economia, cultura, finanças, e na produção e acesso ao conhecimento. Em 1991 a escolarização média da população portuguesa era pouco mais do que quatro anos e meio. Pretendemos fazer uma avaliação – cheguei a dizer que vamos pegar artigo a artigo –, para minuciarmos os decisores com o conhecimento e reflexão que entendemos mais adequada para sabermos o que vamos fazer no futuro. A iniciativa da reforma ou da mudança é um problema que compete aos órgãos com iniciativa legislativa. O Conselho Nacional de Educação não tem iniciativa legislativa.

POL. – Como vai ser feita a avaliação da Lei de Bases?

D.J. – Estamos a constituir a comissão eventual, que vai ser presidida por mim, enquanto presidente do CNE. Já temos um conjunto de conselheiros que estão designados para integrar essa comissão.

POL. – Quem vai constituir a Comissão?

D.J. – São pessoas do Conselho Nacional de Educação, mas também queremos incluir dois ou três especialistas de fora. Não queremos fazer desta comissão uma estrutura fechada dentro do CNE. Queremos o contributo de pessoas que tenham reflexão própria sobre o assunto e que nos possam ajudar, sem prejuízo de realizar um conjunto de audições e seminários sobre temas da Lei de Bases. Nos próximos dois anos vamos investir na reflexão do que é, e do que pode ser uma Lei de Bases do Sistema Educativo.

POL. – Vão incluir o contributo da sociedade nessa reflexão?

D.J. – A ideia é recolhermos o máximo de contributos das escolas, parceiros sociais, em torno da educação e dos cidadãos que queriam dar a sua opinião. A nossa perspetiva é que gradualmente se torne numa discussão aberta.

POL. – O Conselho Nacional de Educação vai ouvir o tecido empresarial?

D.J. – Sim, também são parceiros. O mundo empresarial tem sempre uma perspetiva da formação para a profissão, e integração no mercado de trabalho. Temos de privilegiar isso, contudo, a educação não é um mero suporte do desenvolvimento do mercado de trabalho, é mais do que isso.



Cada vez que surge um novo curso devemos fazer um estudo de viabilidade

POL. – O Ministro da Educação e Ciência considera a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo não é uma prioridade.

D.J. – O programa de atividade do CNE não tem de coincidir com o do Governo. O CNE deve ter agenda própria, porque quer, no seu propósito, e ação, está orientado para servir o País, o Estado, os parceiros envolvidos e não meramente para se adequar à atuação do Ministério. Nessa perspetiva até é

bom que o Ministro tenha dito isso porque acentuou o grau de autonomia do CNE em relação ao Ministério.

POL. – Uma das funções do sistema educativo, expressas na Lei, é “desenvolver a capacidade para o trabalho, proporcionando uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida ativa”. Muitos jovens portugueses só encontram esse lugar quando emigram.

D.J. – É natural que as pessoas não tendo oportunidades em Portugal, as procurem noutra sítio. Têm de fazer pela vida, não as podemos criticar. A questão tem de ser vista ao contrário. Diz-se que a emigração existe porque as pessoas não encontram trabalho nas áreas em que se formaram, eu vejo a questão ao contrário. Investiram-se em formações que não tinham qualquer hipótese de futuro no contexto da sociedade portuguesa. Recordo-me, há dez anos, quando entrei no ministério alertei para este problema. Disse que não fíamos ter capacidade para absorver o número de professores que estávamos a formar. Ouvi de tudo. Nos anos seguintes confirmou-se o que tinha dito.

POL. – Numa entrevista, que deu no início deste ano, dizia ser necessário “Sacrificar cursos para salvar instituições”.

D.J. – Em muitos casos há cursos que só existem para manter os professores que têm. É necessário dizê-lo de forma desabrida. Cada vez que surge um novo curso devemos fazer um estudo de viabilidade. É o que faz uma empresa quando lança um novo produto. Mais cedo ou mais tarde, as instituições de ensino superior têm de ter a coragem para fazer essa seleção, concentrar e diferenciar, ou vai ter de ser o Governo, seja de Esquerda ou da Direita a fazê-lo. Sinceramente, preferia que fossem as instituições a tomarem esta iniciativa. É uma responsabilidade enorme pensarmos que basta criar cursos e que depois logo se vê. Não pode ser assim! Temos de saber quais são os setores de economia com maior crescimento; as áreas que vão exigir maior qualificação, em termos de capital humano, para que possamos dar oportunidade às formações que têm maior potencial para aproveitar essas oportunidades.



Professor doutor David Justino: " (...) Temos de caminhar para perfis de oferta diferenciados no ensino superior."

POL. – Com a extinção de cursos qual seria a solução para os professores?

D.J. – Tem de perguntar ao corpo docente quais seriam as soluções que eles encontravam. Não há soluções feitas por medida. As instituições têm de lutar pelos seus corpos docentes. Esse não deve ser o critério, porque se assim for as instituições morrem.

POL. – As universidades e politécnicos receberam, este ano letivo, menos alunos que no ano anterior. As dificuldades financeiras das famílias portuguesas podem estar na origem desta diminuição?

D.J. – Há famílias que não têm capacidade de continuar a suportar o investimento na formação no ensino superior dos filhos. Por outro lado as pessoas ponderam, muito seriamente, nas vantagens de terem um curso superior, se o mais certo é irem para o desemprego.

POL. – Existem outras razões para a diminuição de candidatos ao ensino superior?

D.J. – Muitos jovens deixaram de ver utilidade – não quer dizer que não

exista, – na formação superior, optando por ingressar no mercado de trabalho, ou por outras soluções. Temos de criar mais oportunidades para estes jovens. Isso já não é o ensino que o faz, tem de ser a sociedade. Só há uma forma de resolver isto: mais crescimento económico. A ideia que o Estado pode criar essas oportunidades está esgotada. Se não forem as empresas, sociedade, empreendedores, organizações sociais e culturais a criarem essas oportunidades não temos hipótese de resolver o problema.

POL. – Como é que podemos inverter a situação?

D.J. – Temos de caminhar para perfis de oferta diferenciados no ensino superior. Em muitos domínios científicos e do saber andam todos a fazer o mesmo. Tem de haver um processo de diferenciação que permita liberdade de escolha, relativamente aos projetos e conteúdos que são ensinados, o que vai permitir que as pessoas tenham uma perceção que vale a pena fazer uma coisa diferente, porque vai corresponder quer a uma necessidade própria, quer a uma oportunidade que se pode criar no futuro.

POL. – A captação de mais estudantes estrangeiros pode contribuir para resolver o problema da diminuição de estudantes no ensino superior?

D.J. – Só conseguimos captar estudantes estrangeiros se conseguirmos ser melhores que a concorrência estrangeira. Em alguns setores já somos, noutros ainda não. Existem algumas instituições de ensino superior, em Portugal, que conseguem captar estudantes estrangeiros, porque o seu trabalho no ensino, fundamentalmente, na investigação constitui um referencial já internacionalizado. Pode existir a possibilidade de estudantes estrangeiros que escolher o nosso país para fazer umas férias, o que também é uma vantagem competitiva. Mas não creio que seja por aí. Os estudantes escolhem as instituições de ensino que lhes possam valorizar o currículo e formação. Se não qualificarmos, através da diferenciação, aquilo que se oferece, a capacidade de competição internacional é reduzida. Temos de saber onde podemos ser competitivos.

POL. – A reorganização da rede de ensino superior é uma prioridade nacional?

D.J. – O País não tem condições para suportar a rede de ensino superior como existe atualmente. Para o mesmo nível de financiamento era bom que, pelo menos nas entidades públicas, houvesse uma melhor afetação de recursos. Isso vai permitir, por exemplo, que os professores possam circular entre os institutos politécnicos e universidades. Há muitas formas de se fazer essa colaboração, através de fusões e agregações. Tem de haver um maior espírito de colaboração entre as várias instituições como forma de se poderem juntar para receber melhor os desafios de futuro. Não estamos em condições de desperdiçar recursos quando, através de uma melhor organização, podíamos com os mesmos recursos obter melhores resultados.

POL. – Qual o modelo de financiamento para um ensino superior mais eficaz?

D.J. – A questão da reorganização da rede de ensino superior não

pode ser dissociada do problema do financiamento. Fazer uma gestão racional da rede de oferta sem alterar o modelo de financiamento vai ser difícil. A pior coisa que pode acontecer é que a racionalização da rede possa ser feita por via meramente burocrática e administrativa porque essa não atende às necessidades e

O País não tem condições para suportar a rede de ensino superior como existe atualmente

particularidades. Há cursos no ensino superior que, apesar de terem poucos alunos, devem manter-se porque são estratégicos para o País. Há instituições que têm um papel fundamental na vida das regiões do interior. Não devemos sacrificar esses cursos não para garantir o lugar dos professores, mas para garantir que existe o pilar de desenvolvimento que pode ser fundamental e decisivo para o interior do País.

POL. – Deve ser visto caso a caso ?

D.J. – Sim, acima de tudo tem de haver uma adequação entre o que as instituições de ensino fazem e a lógica de desenvolvimento das regiões do interior. Por exemplo, se uma região está a apostar no agroalimentar, mesmo que o curso de Segurança Alimentar tenha poucos alunos, se calhar vale a pena mantê-lo, porque vai ser decisivo para a estratégia de desenvolvimento daquela região. Agora nem todos os cursos respondem a isso. Temos de ser muito exigentes com alguns cursos que estão completamente desligados da lógica de desenvolvimento regional. Porque, em alguns casos, estamos a formar pessoas para o desemprego. É uma situação insustentável.

POL. – A privatização do ensino é uma medida que pode estar em cima da mesa?

D.J. – Fico impressionado porque parece que o ensino é um setor altamente lucrativo, eu acho que não é. Se fosse um capitalista não era no ensino que ia aplicar as minhas poupanças.

Sociólogo dedicado à educação e assuntos sociais

JOSÉ DAVID GOMES JUSTINO nasceu a 29 de janeiro de 1953, em Oeiras. O atual presidente do Conselho Nacional de Educação, foi escolhido no Governo de Durão Barroso, para assumir a pasta da educação, com a tutela dos ensinos básico e secundário (2002-2004).

Desde 2006 é assessor, não remunerado, para os assuntos sociais da Presidência da República. Foi “observador” da Presidência, escolhido por Cavaco Silva, das negociações tripartidas PS, PSD e CDS, na crise política do verão de 2013, após a demissão de Vítor Gaspar e Paulo Portas.

David Justino licenciou-se em Economia e doutorou-se em Sociologia e Economia Históricas. É professor associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.



Aos 33 anos recebeu o Prémio Gulbenkian de Ciência e Tecnologia, no ano seguinte, foi condecorado com a Medalha de Mérito da Câmara de Oeiras.

Militante do Partido Social Democrata, foi deputado à Assembleia da República, entre 1999 e 2002, eleito pelo círculo eleitoral de Lisboa.

Foi na sua terra natal, em Oeiras, onde iniciou a atividade política. No mandato de Isaltino Morais, destacou-se como autarca na área da habitação social, contribuindo para a erradicação dos bairros clandestinos.

Autor de vários livros, na área da educação e sociologia, em 2010, publicou a obra “Difícil é educá-los”, pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Casado, tem dois filhos, um com onze e outro com trinta e cinco anos de idade.

POL. – Porque é que o setor do ensino não é um negócio rentável?

D.J. – Pela experiência que se tem. Mesmo as instituições privadas enfrentam dificuldades constantes, dá-me a sensação que isto é uma espécie de El Dourado, onde vamos descobrir pepitas de ouro a cada pontapé que damos nas pedras. É um negócio de alto risco, acima de tudo, não tem um nível de remuneração que os outros negócios têm. Criou-se



há muitos anos a ideia que o setor da educação era um grande negócio. Em consequência disso apareceram universidades privadas como cogumelos, e viu-se o que aconteceu. Felizmente algumas delas ainda subsistem mas enfrentam dificuldades.

POL. – A análise da importância dos cursos, caso a caso, também se aplica aos cortes?

D.J. – A pior coisa que pode acontecer na gestão financeira é fazer um corte de 10 % igual para todos. São chamados os cortes estúpidos. Em qualquer setor, os cortes devem ser feitos em função das opções que se fazem sobre serviços que devem ou não ser

Há cursos no ensino superior que, apesar de terem poucos alunos, devem manter-se porque são estratégicos para o País. Há instituições que têm um papel fundamental na vida das regiões do interior

mantidos, pessoas que devem ou não continuar a exercer funções. Assim é que deve ser feito, chama-se a abordagem inteligente do corte. Os cortes iguais para todos, não desenvolvem os mais fracos e limitam o desenvolvimento dos mais fortes. A parte financeira tem de ser uma consequência das opções que se fazem. Sabendo que essas opções têm de ser bem medidas, ponderadas e acima de tu-

do tem de haver uma perspetiva que nós estamos a gastar o dinheiro dos contribuintes.

POL. – O mecenato educativo pode ser uma solução para o financiamento do ensino superior em Portugal?

D.J. – As instituições do ensino superior têm de encontrar fontes alternativas de financiamento, o que já acontece em alguns politécnicos e universidades. Não se trata apenas

As universidades e os politécnicos não podem continuar a viver maioritariamente para dentro de si, têm de encontrar fontes alternativas de financiamento. Têm de ser mais competitivos na forma como captam os alunos e os colocam no mercado

do mecenato educativo. Os estabelecimentos de ensino superior público e privado deviam entrar no mercado de prestação de serviços. Não devem ficar à espera que o dinheiro lhes caia no regaço, mas devem procurar, ao nível da prestação de serviços, encontrar fontes de financiamento. Porque as instituições de ensino superior têm um valor inestimável: a produção do conhecimento. Portanto podem prestar esse serviço e rentabilizar o investimento que foi feito.

POL. – Os politécnicos são as instituições mais adequadas para prestar estes serviços?

D.J. – Tanto os politécnicos como as

adepto da diferenciação entre ensino universitário e ensino politécnico, o fato de serem distintos não quer dizer que não sejam colaborantes.

POL. – O que diferencia o ensino universitário do politécnico?

D.J. – É o que está na própria Lei. O ensino politécnico é mais orientado para a investigação aplicada, o ensino universitário é mais dedicado ao conhecimento fundamental, mas que também pode ser eventualmen-

te aplicado. Cada uma dessas instituições deve orientar-se para essa conceção. Vivemos desde o século XIX com alguma confusão em torno disto e isto tem muito a ver com o status, valorização social, ou seja, o valor que cada um destes ensinos tem. O ensino politécnico era sempre visto como um ensino de segunda, e o ensino universitário era só para alguns. Esta conceção mantém-se ao longo do tempo, temos de superar isto. Lembro-me do professor Andrade Corvo, do Instituto Superior de Agronomia, que dizia “Nós vivemos este paradoxo insuperável que as universidades querem



ser politécnicos e os politécnicos querem ser universidades”. E depois ninguém se entende. Não é um problema atual, isto tem a ver com status, com o valor que é atribuído a cada um deste tipo de ensino, quando, na verdade, ambos têm uma identidade própria. Essas identidades devem ser reforçadas, no sentido em que, quanto mais forem reforçadas, mais podem ser complementares.

POL. – Considera que existe um estigma negativo relativo ao ensino politécnico?

D.J. – Penso que não seja um problema de estigma. O problema existe porque se criou uma hierarquia em que os alunos com mais sucesso vão para a universidade e os que têm menos sucesso vão para o politécnico ou para o ensino vocacional. Isso é uma clara desvalorização do valor do trabalho, da técnica e da tecnologia. A forma como hierarquizamos as posições sociais é de tal forma rígida que não nos dá outras alternativas. A única forma de combatermos isto é afirmar através, por exemplo, do ensino politécnico, que a sua empregabilidade e formação, através dos seus quadros, é altamente compensadora. Quer o ensino universitário, quer o politécnico e mais, neste caso, o politécnico não pode encostar-se à sombra da sua existência.

POL. – Na sua opinião o que é que o ensino politécnico deve fazer?

D.J. – O ensino politécnico tem de valorizar o seu papel, divulgar e promover os estudos de empregabilidade dos seus diplomados. Os institutos politécnicos devem valorizar, em termos de estratégia de comunicação e marketing a excelência das suas formações. Não basta ficar à espera que os alunos os procurem, têm de os ir buscar. As instituições, em situações competitivas como vivemos atualmente, têm de adotar conhecimentos, estratégias técnicas idênticas às instituições que estão habituadas a competir que já o fazem. Temos muito para aprender sobre isso. Existe a ideia que o ensino público (politécnico e universitário), não tem de desencadear este tipo de ações assumindo que existem e que, portanto, as pessoas têm os procurar. Há que inverter esta lógica. Temos de ir para o mercado e acima de tudo valorizar o que fazemos. Quer nas universidades, quer nos institutos politécnicos há escolas que trabalham muito bem. Têm excelentes desempenhos, estão a formar bem as pessoas, têm uma gestão racionalizada dos seus recursos. E isto tem de ser projetado na sociedade para as pessoas perceberem.

POL. – Recentemente foi aprovado o diploma que prevê a criação dos cursos Técnicos Superiores Profissionais, que vão ser ministrados pelos politécnicos. O Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos recusa-se a lecionar os cursos nos moldes em que são propostos. Qual é a posição do Conselho Nacional de Educação?

D.J. – O CNE vai ficar à espera da versão definitiva do diploma para se pronunciar. Contudo, tenho estado em contato com os vários parceiros envolvidos, em especial com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. Para além de



O ensino politécnico tem de valorizar o seu papel, divulgar e promover os estudos de empregabilidade dos seus diplomados

irmos fazer um conjunto de iniciativas, sobre o debate e reflexão em torno desta inovação. Vamos ver depois qual é a posição que o CNE vai tomar. Ainda é cedo para anunciar. Temos de conhecer muito bem o diploma, ouvir os parceiros envolvidos, o Governo e, acima de tudo, refletir sobre essa nova dimensão de oferta em função

da diversidade das situações que se colocam quer no ensino superior, quer na articulação com o ensino secundário. Estamos sintonizados no sentido de deixar que a margem de negociação se possa desenvolver.

POL. – Portugal é um dos países europeus com a escolaridade obrigatória mais longa, 12 anos de escolaridade. Há quem defenda o recuo para o 9.º ano. Quais são as consequências desta decisão?

D.J. – Essa foi uma ideia quase anedótica que surgiu há uns tempos, a que não dou grande importância. Foi uma oportunidade para fazer umas declarações para assegurar cinco minutos de glória a que todos têm direito. Hoje há uma convergência quer nas forças políticas, quer nos principais setores da população sobre a utilidade e valor que temos da escolaridade de doze anos. O que temos de fazer é qualificar essa escolarização.

POL. – O que o levou a propor o alargamento da escolaridade obrigatória para doze anos.

D.J. – Os portugueses, em muitos casos, precisam de ter orientações que os levem a mobilizá-los para a concretização de objetivos. Tem um efeito de indução sobre o comportamento e expectativas dos indivíduos. Quando o valor social da educação é tradicionalmente baixo – como é caso de Portugal – temos de recorrer a formas coercivas de elevar esse valor. Há que reconhecer que, se não for através de uma medida coerciva deste tipo, o processo de universalização vai demorar muito mais tempo.

POL. – A medida foi necessária para recuperarmos o atraso educativo em Portugal?

D.J. – As pessoas não se podem esquecer que, há vinte anos, a taxa de escolarização da população portuguesa estava entre os 4 e 5 anos. Quando queremos recuperar esse atraso temos de ser mais exigentes. Enquanto não tivermos uma classe média forte, numerosa, com expectativas de escolarização superiores, não podemos fazer isso. Noutros contextos sociais e culturais, eventualmente, não precisava de tomar essa medida. No caso português, atendendo às

representações e valorizações sociais do que é a educação, foi necessário.

POL. – O antigo ministro das finanças, Bagão Félix alerta que os desempregados de longa duração dificilmente vão conseguir voltar ao ativo. Que solução é que o sistema educativo português tem para estas pessoas se quiserem, por exemplo, mudar de profissão?

D.J. – Muitas vezes querem transformar o sistema educativo num guardador de crianças e agora também querem transformar num guardador de adultos. Temos de ter muito cuidado. O princípio da educação ao longo da vida é um bom princípio, agora não deve ser paliativo da insuficiência dos sistemas económicos relativamente à necessidade de criar oportunidades para desempregados de longa duração. O importante é saber quais são os setores com oportunidades de emprego e que perfis de formação são necessários. Isto ninguém sabe. A escola tem a missão de formar profissionais de conhecimento com capacidade de produzirem novos conhecimentos e com competências para que possam estar mais capacitadas para enfrentar os desafios do futuro. Quando a escola deixa de ter essa função e assume uma função de mero paliativo social está a perverter a sua missão.

POL. – Somos dos poucos países do mundo que tem exames na antiga 4.ª classe do ensino primário. Que valor atribuiu aos exames realizados aos alunos?

D.J. – As provas nacionais são um instrumento de avaliação adicional, e não maioritário, relativamente ao resto. Têm um efeito de aferição e orientação das próprias aprendizagens. No quadro das características do sistema de ensino português e na diversidade das situações que estão criadas, era necessário criar esse referencial. Dá a sensação que os professores passam a ser uma espécie de carrascos das crianças, só por lançarem um teste para saberem o que é que sabem.

Criou-se a imagem que as crianças, nestas idades, são seres frágeis e pequeninos, quanto mais as tratamos assim, pior elas vão ficar.

POL. – Defensor de uma escola pública de excelência constituída pelos melhores profissionais. A prova de avaliação de conhecimentos pode ser um dos critérios para essa escolha?

D.J. – Não queria falar da prova, a prova é um instrumento. Nem todos os candidatos a professores e professores são iguais. Há uns melhores, mais capacitados e disponíveis, outros são menos bons. Julgo



Se queremos ter e defender uma boa escola pública temos de torná-la numa escola de referência.

Para isso temos de ter os melhores professores

que o Estado tem o dever e obrigação de escolher os melhores professores, partindo do princípio que são mais os que querem ser professores para os lugares que estão disponíveis. Enquanto não houver essa seleção julgo que o Estado está a demitir-se das suas obrigações. Se queremos ter e defender uma boa escola pública temos de torná-la uma escola de referência. Para isso temos de ter os melhores professores. Não há outra forma.

POL. – Como é que escolhemos esses professores?

D.J. – Esse é um problema de execução, não compete ao CNE fazê-lo. Podemos fazê-lo com provas ou períodos probatórios. É necessário consensualizar uma solução para responder a este problema. Precisamos saber se podem entrar todos ou se só podem entrar alguns. Nos próximos dez anos vai existir maior procura de lugares de ensino do que a oferta. Continuamos a ter um excedente de professores que depois são empurrados para o desemprego ou então, por outro lado, exercem funções em circunstâncias claramente indignas com contratos precários. Resolver num ano o que se andou em 15 ou 20 anos a acumular também não é possível. O que interessa é definir claramente uma estratégia sobre esse processo.

POL. – A formação dos docentes está a ser bem feita?

D.J. – Enquanto não se fizer uma avaliação não me posso pronunciar. Posso fazer um exercício de demagogia e dizer que os nossos professores são os melhores. Mas sei que não é verdade. Sei que há excelentes professores, lido com alguns deles todos os dias. Também conheço candidatos a professores que são ótimos e que, infelizmente, não vão ter oportunidade. Costumo dizer que se existisse um PISA (Programme for International Student Assessment) para o ensino superior talvez percebessemos melhor o que andamos a fazer, mas como não há, tenho a sensação que não percebemos muito bem. Temos situações muito díspares: existem pessoas altamente qualificadas, mas também temos diplomados que quando terminam o ensino superior são pouco mais qualificados do que quando entraram. A questão que se coloca é um problema de aferição. Nem todos os estabelecimentos, nem cursos públicos e privados, estão a garantir a qualidade, das suas formações, ou, pelo menos, não o demonstram. Era necessário que existissem mecanismos de avaliação. Cai tudo no mesmo saco. Quer os estabelecimentos em que os professores são muito exigentes, quer aqueles em que os professores são muito facilitistas.



POL. – E a avaliação que é feita pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior ?

D.J. – Não posso, apenas, avaliar a qualidade de ensino através da aprovação feita pela Agência que, aquilo que faz é acreditar programas, intenções, entre outros, não faz uma avaliação de *outputs*, da qualidade à saída e essa é que era necessário. Mas temos indicadores que permitem fazer isso.

Muitas vezes a crítica é uma forma de ver as coisas de outra forma, o que pode ser útil para a conceção e desenvolvimento das políticas educativas. Julgo que da parte do Ministro existe sensibilidade a isso. O facto de termos uma posição relativamente diferente pode ser útil. Acima de tudo queremos encontrar soluções. Quando há divergências é positivo, obriga-nos a pensar as coisas de forma diferente.

O Conselho Nacional de Educação é uma entidade autónoma, independente relativamente ao aparelho do Estado e nessa perspectiva é bom que se mantenha assim

POL. – Quais são os indicadores ?

D.J. – A forma como os alunos se integram e o sucesso que têm no mercado.

POL. – Referiu que alguns dos pareceres emitidos pelo CNE podem não agradar os governantes. Também assumiu, publicamente, que é amigo do Ministro da Educação e Ciência. Como lida com esta situação?

D.J. – Com honestidade. Cada um tem a sua missão. Perante problemas somos capazes de nos sentar à mesa e conversarmos. O Conselho Nacional de Educação é uma entidade autónoma, independente relativamente ao aparelho do Estado e é bom que se mantenha assim. Muitas vezes a crítica é entendida como um ataque.

A pior coisa que pode acontecer é que o Ministério ou o CNE sacrifiquem a sua missão sem razão.

POL. – No papel de pai quais são os conselhos que dá ao seu filho, mais novo, relativamente à escola para o ensino superior?

D.J. – Os pais têm de abrir portas para que os filhos saibam construir o seu projeto de vida. Não pode ser feita à sorte, não podemos deixar isso completamente ao arbítrio, nem do jovem, nem das ideias que existem, mas vai depender do que ele quiser. Acho que os jovens de hoje não sabem muito bem o que querem. Depois as coisas nem sempre correm da melhor forma. 



O Conselho Nacional de Educação foi criado em 1982, como um órgão superior de consulta do então Ministro da Educação e das Universidades, com o objetivo de “propor medidas que [garantissem] a adequação permanente do sistema educativo aos interesses dos cidadãos portugueses”.

O CNE é um órgão independente, com funções consultivas, sendo o presidente eleito pela Assembleia da República. A este órgão compete emitir opiniões, pareceres e recomendações sobre todas as questões relativas à educação, por iniciativa própria ou em resposta a solicitações apresentadas pela Assembleia da República e pelo Governo.

O CNE promove a participação das várias forças sociais, culturais e económicas, tendo em vista a concertação social e a formação de consensos alargados em matéria de Educação.

www.cnedu.pt

Federação Académica do IPL é uma realidade

Estudantes mais unidos

Aproximar, ainda mais, os cerca de 13.500 estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa e defender o ensino politécnico em Portugal, são compromissos assumidos pela primeira direção da Federação Académica do Instituto Politécnico de Lisboa. A constituição, pela primeira vez, de um organismo coordenador do movimento estudantil é um momento histórico para a instituição.

*Textos de Luís Castro **



A direção da FAIPL com o presidente do IPL, Vicente Ferreira e a administradora dos Serviços de Ação Social, Teresa Martins

A ASSINALAR 28 ANOS desde que iniciou atividade, o Instituto Politécnico de Lisboa vê cumprida uma figura jurídica contemplada nos estatutos desde 2009, a constituição de uma Federação Académica.

Das oito escolas e institutos superiores, sete estão representadas nos órgãos da FAIPL, demonstrando o espírito de união e partilha de valores já existente na maioria dos estudantes da instituição.

O surgimento da Federação não coloca, contudo, as oito Associações de Estudantes, pilares fundamentais para um ensino de excelência, num plano menos interventivo, antes promove a coesão da comunidade académica. A FAIPL foi o resultado de uma luta de muitos anos, conduzida pelos vários

dirigentes associativos do IPL, que conduziram a vários projetos e modelos organizativos apresentados e debatidos. No entanto, só a 12 de julho de 2013 foi oficialmente criada a FAIPL, com a tomada de posse dos órgãos sociais no dia 21 de novembro.

Constituída com o objetivo de representar as Associações e os estudantes do IPL, a Federação tem como principal objetivo, a defesa dos interesses da comunidade estudantil do ensino superior politécnico, nos diversos órgãos regionais e nacionais. Pretende fomentar o espírito de união, solidariedade e convívio entre as Associações de Estudantes do IPL. A trabalhar de olhos postos no futuro, a FAIPL pretende promover atividades culturais, desportivas, recreativas

e fomentar a discussão de temas de interesse estudantil, nomeadamente questões educativas, de ação social escolar e saídas profissionais.

A FAIPL desenvolve a ação em total respeito pela soberania dos associados, e em caso algum as deliberações tomadas podem prejudicar a validade e eficácia, do que cada associado, internamente, decidir no âmbito das atribuições. Com esta estrutura estudantil, as Associações de Estudantes do IPL reforçam a união e fomentam cada vez mais uma maior aproximação, que ao longo de anos tem vindo a ser reforçada.

* Presidente da Federação Académica do Instituto Politécnico de Lisboa

Projeto inovador no ensino superior

Serviços de saúde ocupacional do Instituto Politécnico de Lisboa

O Instituto Politécnico de Lisboa, através da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, vai assegurar a prestação de serviços de saúde ocupacional aos seus funcionários, docentes e não docentes. O projeto de saúde ocupacional do IPL começou a ser desenhado em 2011 estando agora reunidos os requisitos e condições necessários para o início desta atividade. Neste sentido, teve início no dia 17 de fevereiro de 2014 a fase de instalação destes serviços, estando prevista a inauguração oficial no mês de março.

*Texto de Manuel Correia **





Estudo espirométrico (cardiopneumologia)



Estudo oftalmológico (ortóptica)

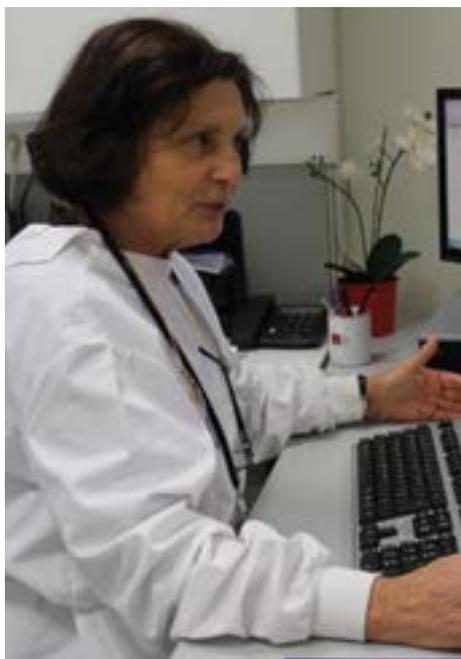
COM recursos humanos próprios, nomeadamente médica do trabalho, enfermeira do trabalho, técnica superior de higiene e segurança do trabalho, técnicos de análises clínicas e saúde pública, cardiopneumologia, ortóptica e secretária clínica, os serviços de saúde ocupacional do IPL (PS-SO-IPL) funcionam presentemente nas instalações da ESTeSL (Parque das Nações) e muito em breve no Campus de Benfica, em instalações cedidas pela Escola Superior de Educação. Para além da consulta de medicina do trabalho, os funcionários do IPL vão também poder realizar análises clínicas, exames de cardiopneumologia e de ortóptica, estando a ser avaliada a inclusão de outros serviços clínicos.

Trata-se de um projeto inovador a nível nacional, em que o IPL usufrui dos recursos humanos, físicos e materiais de uma das suas unidades orgânicas para dar resposta a uma necessidade ao nível da saúde ocupacional, de acordo com a lei em vigor (Lei n.º59/2008).

Para a ESTeSL, os serviços de saúde ocupacional do IPL enquadram-se no âmbito do projeto de prestação de Serviços à Comunidade, um dos eixos da missão da Escola, que, ao longo dos últimos anos, tem apostado na dinamização e participação em ações de promoção da saúde junto de diferentes públicos de todo o país, e agora, também, ao serviço dos docentes e funcionários não docentes do Instituto.

* Vice-presidente do IPL

Da equipa que integra esta prestação de serviço faz parte a Dra. Graciela Simões, que, nesta entrevista, dá a conhecer melhor este projeto, enquanto Diretora Clínica.



Graciela Simões, diretora clínica

Em que consiste a Saúde Ocupacional?

A Saúde Ocupacional (SO) é uma área pluridisciplinar que engloba a totalidade das intervenções, médicas e não médicas, conducentes à promoção da saúde nos locais de trabalho e à prevenção dos riscos profissionais, direta ou indiretamente ligados ao desempenho das respetivas atividades profissionais.

Englobando disciplinas como a Medicina do Trabalho, Segurança do Trabalho, Enfermagem, Psicologia, Ergonomia entre outras, a SO consiste em ações de segurança quando atua na identificação e controlo dos riscos profissionais e contribui para um ambiente mais saudável, e, em ações de medicina do trabalho, ao intervir na identificação e prevenção de problemas de saúde que possam ser causados ou agravados pelas condições de trabalho.

Podemos dizer que a SO integra serviços que apresentam uma vertente predominantemente de carácter preventivo, com funções específicas de vigilância da saúde dos trabalhadores e do meio ambiente, mas também da prestação de cuidados (médicos ou de enfermagem) em casos de acidente de trabalho ou doença aguda, assim como ações de promoção da saúde.

Qual a importância da Saúde Ocupacional para o IPL?

Para qualquer empresa deveria ser um requisito pôr em prática uma cultura preventiva de saúde e segurança para melhorar a produtividade. O IPL propôs-se não só cumprir a legislação em vigor sobre a organização de serviços de Saúde Ocupacional, como também a assumir este investimento, numa atitude de prevenção e proteção da saúde no local de trabalho, como componente de boa gestão e desempenho de qualidade, numa Instituição desta natureza, pioneira nesta intenção.



Colheita de sangue (análises clínicas)

Como funcionam os serviços de Saúde Ocupacional do IPL?

Os funcionários do Instituto Politécnico de Lisboa serão convocados por e-mail para realizar um conjunto de exames de diagnóstico e terapêutica e posteriormente comparecer na consulta com a médica do trabalho. O funcionário irá receber todas as informações relativamente aos horários, locais e procedimentos a desenvolver. Em cada unidade orgânica existe um interlocutor que tem o papel de garantir a articulação entre a instituição e os serviços de saúde ocupacional, sendo um agente facilitador em todo o processo, que os funcionários poderão contactar para esclarecer as suas dúvidas.

Quais os critérios para a seleção dos funcionários docentes e não docentes tendo em vista a realização dos exames?

Legalmente não existe nenhuma orientação para a tomada de decisão sobre idade ou grupo de profissionais quando se inicia o exercício da atividade como acontece com a nossa prestação de serviços. No entanto, os trabalhadores com 50 ou mais anos e com 18 ou menos anos, assim como alguns grupos profissionais são prioritários nesta atividade, pelo que estes trabalhadores têm exames de saúde com uma periodicidade anual enquanto para os outros trabalhadores essa periodicidade é bianual. Assim, foi decidido em Conselho de Gestão da PSSO-IPL que os trabalhadores serão chamados por Unidade Orgânica e grupo etário.

Que exames os funcionários docentes e não docentes vão ter de realizar?

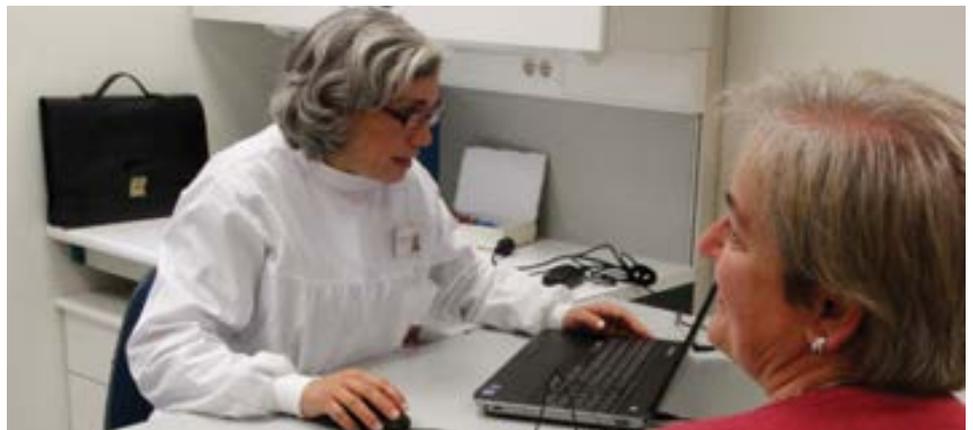
Na Saúde do Trabalho não existem exames obrigatórios. Os exames devem ser planeados de acordo com os riscos profissionais a que os trabalhadores estão expostos e em função das condições de trabalho. Na Prestação de Serviços de SO para os trabalhadores do IPL, estão previstos protocolos de exames ao sangue (hemograma completo e glicémia), urina tipo II, espirometria, eletrocardiograma e exame visual, sendo que outros poderão vir a ser protocolados.

Qual o compromisso dos funcionários docentes e não docentes neste processo?

Cabe aos trabalhadores comparecerem aos exames de saúde, quando para tal forem convocados, participar nas consultas de enfermagem e médica, fazendo-se acompanhar, se assim o desejarem, de exames

recentes que possam contribuir para a avaliação de saúde, assim como do boletim de vacinas ou documento que o substitua. Caso não possa comparecer no dia e hora agendados o funcionário deve informar e propor nova data. Nos casos de recusa, após a 2.ª convocatória, será dado conhecimento ao interlocutor da referida Unidade Orgânica, para análise da situação. Se a situação persistir será arquivada a informação com a referida recusa, de forma a ilibar a Instituição da responsabilidade de não cumprimento da legislação, perante as entidades fiscalizadoras. Espera-se que estas situações sejam muito residuais, ou mesmo inexistentes, face à importância e valorização pessoal deste serviço no contexto da saúde no trabalho.

Entrevista conduzida por Ana Raposo
Gabinete de Comunicação e Imagem da ESTeSL



Consulta de enfermagem

Desafios para a ciência e inovação

Programa Horizonte 2020

O novo programa quadro de financiamento europeu, destinado à investigação e inovação, dispõe de um orçamento de cerca de 79 mil milhões de euros. Assente em três pilares fundamentais: excelência científica, liderança industrial e desafios sociais, o Horizonte 2020 procura essencialmente fomentar novas oportunidades de desenvolvimento através da implementação de projetos de excelência, valorizando a importância do impacto dos resultados.

*Textos de Rute Agostinho **



A INVESTIGAÇÃO e o desenvolvimento são uma prioridade para a União Europeia (EU), refletida nas políticas e instrumentos desenvolvidos no âmbito da Estratégia Europa 2020, que pretende criar condições para um crescimento económico mais inteligente, sustentável e inclusivo. O Programa Horizonte 2020 é dos instrumentos da EU, que possibilita o apoio para a concretização dos objetivos incluídos na Estratégia Europa 2020, em particular, a União da Inovação, que visa assegurar a competitividade global da Europa.

O Horizonte 2020, Programa Quadro de Investigação & Inovação, é a principal ferramenta de financiamento, com um orçamento global de cerca de 79 mil milhões de euros que estará em vigência entre 2014 e 2020. Pela primeira vez, está reunido, num só programa, todo o capital de financiamento da investigação e inovação da EU. Antes, o financiamento disponível dividia-se entre o 7.º Programa – Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (7PQ), o Programa para a Competitividade e Inovação, e o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia.

As diretrizes do Programa Horizonte 2020 assentam em três pilares fundamentais que refletem as preocupações europeias: Excelência Científica (apoiar a posição da UE como líder mundial no domínio da ciência); Liderança Industrial (importante investimento em tecnologias chave e maior apoio às PME); e Desafios Sociais

(resposta às prioridades identificadas na Estratégia 2020).

Para cada um destes pilares, existem diferentes programas, ações e estratégias que vão permitir às Instituições de Ensino Superior, Institutos de I&D e Empresas, candidatarem-se a financiamentos para execução das suas atividades e projetos. A excelência, impacto e implementação do projeto são os principais critérios de avaliação das candidaturas. A investigação em Ciências Sociais e Humanas torna-se um elemento chave para enfrentar todos os desafios.

Em dezembro de 2013, foram divulgados os primeiros convites (*calls*) à apresentação de propostas para os dois primeiros anos, com um orçamento cerca de 15 mil milhões de euros. Até ao momento foram definidas 12 áreas estratégicas que orientam a definição dos programas de trabalho de cada tema entre 2014 e 2016. A simplificação de regras, procedimentos e taxas de financiamento comparativamente ao 7PQ, vai facilitar o acesso e a apresentação de candidaturas por parte das Entidades.

Nos vários esquemas de financiamento existentes, a subvenção do Horizonte 2020 pode atingir um máximo de 100% dos custos totais elegíveis. Entre outros, destaca-se, pela primeira vez, o IVA não recuperável, considerado um custo elegível. Outra das vantagens do programa são as sinergias com outros financiamentos, nomeadamente com os Fundos Estruturais e Regionais.

A abordagem integrada e holística do Horizonte 2020 possibilita o financiamento de todo o ciclo da investigação e inovação, desde a conceção de ideias até a entrada do produto no mercado. É valorizada a investigação multi e interdisciplinar, onde as ciências sociais e humanas são uma presença transversal. Neste contexto, a necessidade de colaboração entre as

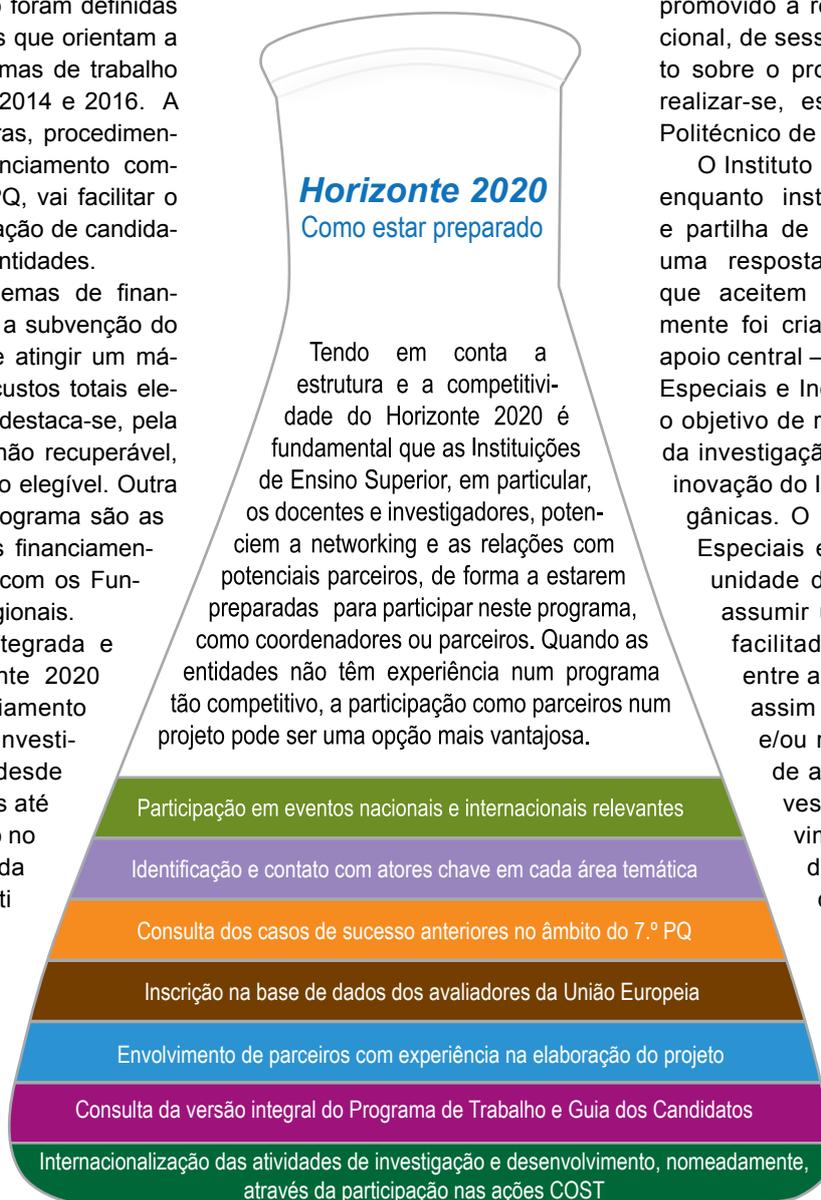
Instituições de Ensino Superior e o setor empresarial, tal como a constituição de parcerias e consórcios são fundamentais para o sucesso de uma candidatura ao programa europeu. Como exemplo, na maioria das ações, a participação deve ser realizada, no mínimo, por três entidades jurídicas, independentes entre si, estabelecidas em três Estados-Membros ou Estados Associados diferentes.

Para enfrentar o desafio é fundamental o trabalho em rede entre as Instituições. É essencial saber o papel de cada instituição do ponto de vista local, regional e nacional, para serem definidas ou redefinidas estratégias para o desenvolvimento e internacionalização.

A nível nacional, as Instituições têm o apoio do Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&D (GPPQ) que promove e apoia a participação das comunidades nacionais, científica e empresarial, ao Horizonte 2020. Para além de coordenar a rede de Pontos de Contacto Nacional e os representantes nacionais nos órgãos de gestão temática do Horizonte 2020, são várias as atividades desenvolvidas: promoção e informação (*Infodays, workshops, sessões de esclarecimento*), apoio à preparação, submissão de candidaturas, e identificação de potenciais parceiros estratégicos para colaboração em projetos.

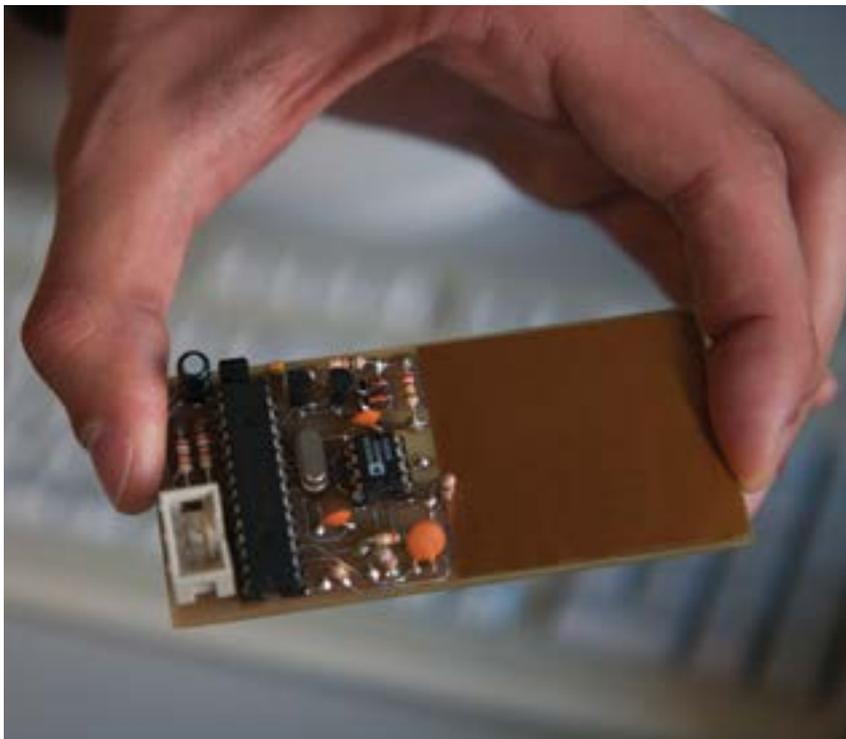
O GPPQ, em colaboração com as mais diversas Entidades, tem promovido a realização, a nível nacional, de sessões de esclarecimento sobre o programa. Algumas vão realizar-se, este ano, no Instituto Politécnico de Lisboa.

O Instituto Politécnico de Lisboa, enquanto instituição de produção e partilha de saberes, procura dar uma resposta aos colaboradores que aceitem o desafio. Recentemente foi criada uma estrutura de apoio central – Gabinete de Projetos Especiais e Inovação (GPEI) – com o objetivo de reforçar as dimensões da investigação, desenvolvimento e inovação do IPL e das unidades orgânicas. O Gabinete de Projetos Especiais e Inovação, enquanto unidade de interface, pretende assumir um papel mediador e facilitador de comunicação entre as unidades orgânicas, assim como apoiar a criação e/ou reforço das estruturas de apoio a projetos de Investigação e Desenvolvimento nas dimensões de informação, candidatura e gestão.



* Gabinete de Projetos Especiais e Inovação do Instituto Politécnico de Lisboa

Liderança tecnológica: pensar indústria!



De uma maneira geral, o Estado tem inovado com o que de melhor existe no mundo (modernização com base em tecnologia importada).

Entretanto, na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), pela fase de inovação que atravessa, os sistemas tecnológicos estratégicos tendem a ser fechados (inerente ao facto de serem “janela de oportunidade”) e, acima de tudo, estabelecem dependências tecnológicas (*vendor lock-in*).

*Texto de Luís Osório**

ESTAS DEPENDÊNCIAS querem dizer que qualquer evolução tem obrigatoriamente que ser realizada pelo actual fornecedor tecnológico; custos tendencialmente mais elevados. Como cada vez mais são requeridos sistemas integrados, as dependências tendem a agravar-se e, pela complexidade que incorporam, apenas grandes empresas conseguem alinhar-se para a maioria dos concursos públicos, os quais, na maioria, estabelecem o que se pretende e não como se pretende. Neste quadro, a decisão da estratégia tecnológica fica do lado do mercado. Quando se pretende adicionar uma nova funcionalidade, ou alterar processos, não há alternativa a aceitar a proposta do único fornecedor tecnológico possível: o actual fornecedor, “goste-se” ou não da proposta comercial (ausência de competição/moderação de mercado).

Mais grave ainda, quando é promovida a criação de start-up, na maioria dos casos, elas não conseguem participar nas dinâmicas de desenvolvimento que não seja por “complacência” das grandes empresas, em muitos casos, multinacionais com agendas

que não as do interesse Nacional (um discurso, por vezes “eufórico”, apelando a investimento estrangeiro que, em muitos casos, nos desgosta pela ausência de uma estratégia que garanta uma verdadeira parceria de ganhos mútuos). As pequenas e médias empresas (PME) e principalmente as micro empresas, dificilmente têm capacidade sequer de responderem à responsabilidade financeira associada à maioria dos concursos.

Estas são algumas das preocupações que, interiorizadas pela crise, têm contribuído para uma mudança de postura de alguns decisores. Um exemplo recente foi a decisão da Brisa (2001/2002) em reforçar a sua capacidade de inovação, desenvolvimento e tecnologia, chegando a 2013 com uma solução tecnológica aberta e com capacidade de fabricação da maioria dos sistemas tecnológicos e independência sobre fornecedores (parceiros). Em dez anos a Brisa passa de uma dependência tecnológica para exportador de tecnologia, como é o caso da portagem em Denver Colorado, USA, actualmente a ser operada com tecnologia produzida em Portugal. A estratégia baseia-se

no desenvolvimento de especificações e implementações de referência (demonstradores/protótipos) num quadro aberto (interfaces abertas) de modo a que, quando na fase de operacionalização (concursos) esta seja guiada por especificações precisas, dinamizadoras de um mercado competitivo. Ou seja, trata-se de promover uma passagem de concurso públicos que estabelecem “O QUE” se pretende, para concursos em que se estabelece “O COMO”. Neste quadro, podemos decompor um sistema complexo em subsistemas (o que é actualmente designado por sistemas de sistemas ou system-of-systems), muitos deles de dimensão compatível com a maioria das nossas melhores start-up (formamos os melhores engenheiros do mundo que, na sua maioria, vão ser vendedores/adaptadores de tecnologia importada). Neste quadro, baseado em normas e implementações de referência, as start-up adquirem capacidade de responder aos quadros de risco (projectos modulares e competitivos). Não menos importante, é o facto de ser potenciada a concorrência, ou seja, os (sub)sistemas (custos) passam a ser moderados pelo mercado.



Mas ainda falta o mais importante: que os decisores públicos nos seus processos de inovação passem a exigir que, para qualquer equipamento, sistema ou tecnologia que se perspe-

tive adquirir, previamente exista capacidade de produção (indústria) em Portugal. Esta estratégia poderá ser operacionalizada colocando o potencial científico e tecnológico em parce-

ria com empresas ao serviço do desenvolvimento de implementações de referência no suporte a processos de certificação de conformidade com normas. Quando não existam as normas, é a oportunidade de as desenvolver em paralelo com o desenvolvimento de implementações de referência. Em relativamente pouco tempo (num horizonte de dez-vinte anos) o país ganhará por certo uma dinâmica industrial em oposição à actual dependência tecnológica comum à maioria dos sectores chave.

O futuro de Portugal depende de uma nova cultura, uma nova postura. Deixemos de dizer que não vale a pena produzir em Portugal porque se pode comprar mais barato fora. Passemos a exigir que o potencial de Engenharia Nacional produza protótipos como implementações de referência na validação de normas e, por certo, mais e melhores sistemas tecnológicos surgirão da capacidade criativa e Engenharia Nacional.

* Prof. Coord. ISEL, Dep. Eng^a Electrónica e Telecomunicações e de Computadores

PUBLICIDADE

Passos da auditoria institucional da A3ES

O modelo de auditoria institucional promovido pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, visa a cooperação e diálogo de forma pedagógica, a melhoria contínua do Ensino Superior, o envolvimento das partes interessadas relevantes e a minimização da carga burocrática das Instituições de Ensino Superior (IES), respeitando a sua autonomia. A participação das IES no processo de auditoria institucional é facultativa e por candidatura. O processo de auditoria incide sobre a política institucional para a Qualidade; a eficácia

dos procedimentos sobre: a) ensino-aprendizagem, b) investigação e desenvolvimento, c) colaboração interinstitucional e com a Comunidade, d) as políticas de gestão de pessoal, e) serviços de apoio, f) internacionalização; a articulação com os órgãos de governação e gestão; participação das partes interessadas; publicação de informação; acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do

sistema de garantia da qualidade e sua avaliação global. Constituem referências fundamentais o Manual de Auditoria, Apêndice I Referenciais e Apêndice II Critérios de apreciação, em <http://www.a3es.pt/>. Fases da auditoria institucional: i) Preparação de relatório de autoavaliação da Instituição; ii) Visitas in loco por parte da Comissão de Avaliação Externa; iii) Relatório de auditoria; iv) Decisão de certificação ou não certificação e divulgação do Relatório; v) Avaliação do processo de auditoria para introdução de melhorias

vi) Relatórios de desempenho periódicos. O parecer de certificação do sistema interno de garantia de qualidade pela Comissão de Avaliação Externa da A3ES é válido por 6 anos. A candidatura ao processo de auditoria e seleção das IES foi realizado em 2013. O prazo de submissão do relatório de autoavaliação na plataforma da A3ES será até março 2014 e as visitas in loco ocorrerão de maio a outubro 2014. As IES que têm os seus sistemas de gestão da qualidade implementados e certificados segundo a norma

internacional de Qualidade (ISO9001) já adotaram abordagem por processos, definição de procedimentos, clarificação das responsabilidades, objetivos de desempenho e planos de melhoria contínua, ficando claramente aptas para mais esta auditoria da A3ES. Ao longo de 10 anos de atividade a Qualiwork facilitou mais de 75 certificações de sistemas de gestão da Qualidade (ISO 9001) incluindo o Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Politécnico de Bragança e ISEG-UL. Sónia Vieira- Diretora Qualiwork



:: Consultoria e Formação

Qualidade, Inovação (IDI), IT Service Manag. (ISO/IEC 20000), Ambiente, Segurança na Trabalho, Segurança Alimentar, Segurança da Informação, Cadeia de Responsabilidade Florestal, Sistemas Integrados

www.qualiwork.pt :: geral@qualiwork.pt





Hugo Veiga: copywriter, músico e ator

O criativo de ouro

Vinte e três Leões conquistados no Festival Internacional de Cannes 2013, onze dos quais de ouro, catapultaram Hugo Veiga, licenciado pela Escola Superior de Comunicação Social, para o topo do ranking de melhores criativos do mundo. Provar às mulheres que estão erradas quanto à forma como encaram a sua beleza foi o objetivo da campanha “Dove Real Beauty”, desenvolvida pela dupla: Hugo Veiga e Diego Machado. O vídeo, com mais de 60 milhões de visualizações no *youtube*, foi um sucesso à escala mundial.

Textos de Clara Santos Silva





DE OLHOS POSTOS NO FUTURO, longe vão os tempos do Professor Carago, figura de opereta, inventada por Hugo Veiga, para se autopromover. A ideia valeu-lhe várias propostas de trabalho, quando terminou a licenciatura em Publicidade em Marketing na Escola Superior de Comunicação Social.

Oficialmente trabalha para a agência de publicidade Ogilvy, mas, no momento, está

a viver em São Francisco, onde desenvolve projetos para a AKQA, uma empresa de ideias e inovação, especializada em criar produtos e serviços digitais.

Aos 34 anos, Hugo Veiga trabalha, em equipa, com diretor de arte Diego Machado. Juntos somam prémios no Cannes Lions, maior festival de publicidade do mundo.

Foi guionista de programas humorísticos para televisão, como a “Revolta dos Pastéis de Nata”

Ideias não faltam ao criativo, ou não tivesse considerado o melhor copywriter do mundo em 2013. Ser convencional não é uma das características do jovem portuense. Já foi vocalista dos “Moda Foca”, “banda de rock sem fãs nem talento”, como o próprio descreve.

Ator de comédia, em teatro e televisão, deu voz a várias personagens de desenhos animados. Criou “Azevedo”, projeto de animação para televisão, que, em cada episódio assumia uma forma diferente desde ser uma “orelha” a um “herpes”. Foi guionista de programas humorísticos para televisão, como a “Revolta dos Pastéis de Nata”. Já estava a trabalhar no Brasil quando colaborou no programa “5 para a Meia-noite”. No ano passado regressou, ao programa, para ser entrevistado, com o

estatuto de “estrela”, por Pedro Fernandes, antigo colega da Escola Superior de Comunicação Social. Os dois recordaram ideias e projetos de outros tempos.

A cada novo projeto, sente-se como se fosse uma criança com um novo brinquedo. Perante o enorme desafio de pensar uma campanha publicitária, o seu foco é sempre a ideia. Apresentar soluções e escolher os meios deve ser, na sua opinião, o papel da agência de publicidade.

Reconhece já ter tido ideias que demoraram a aparecer, sem grandes resultados, outras que surgiram do nada, mas que resultaram muito bem. Acredita sempre ser possível “fazer coisas, quebrar barreiras e fazer projetos com pouco dinheiro”.

A campanha publicitária “Dove Real Beauty” foi uma das boas ideias que, em 2013, o colocou nas primeiras páginas de jornais, revistas e redes sociais, em Portugal e no estrangeiro. Regressou a Portugal para participar no Festival de Inovação e Criatividade. Aproveitou a ocasião para partilhar a sua experiência profissional e pessoal na Escola Superior de Comunicação Social onde, em 2005, concluiu o curso de Publicidade e Marketing. Orgulhoso da escola onde estudou, foram várias as pessoas que quiseram ver e ouvi-lo.

Ao longo da sua curta carreira foram vários os trabalhos do copywriter premiados. Conquistou o primeiro Leão em Cannes com um anúncio publicitário para um canal desportivo. Mostrar fotos de famílias com pai, mãe e crianças a olharem para a



Campanha publicitária “Claro Letters”



Campanha publicitária “Dove Men”



Hugo Veiga entrevistado, em 2013, no programa "5 para a Meia-noite", por Pedro Fernandes, antigo colega da Escola Superior de Comunicação Social

câmara fotográfica, quando o pai, apenas está focado no jogo de futebol, foi a ideia base da campanha. Recorrendo ao humor retratou uma situação com a qual muitos se identificam "quando está a dar um jogo, os homens só olham para a televisão".

O anúncio para a empresa Claro Letters, maior operadora móvel da Amé-

rica latina, é outro dos exemplos. O objetivo foi fazer um apelo à consciência dos utilizadores para não enviarem mensagens quando conduzem.

Para a marca "Dove" o jovem criativo concebeu outro anúncio que também fez sucesso. Dirigido ao público masculino, "Dove Men" surgiu para divulgar a linha

de cosméticos para homem. Neste caso a dupla da Ogilvy, Hugo Veiga e Diego Machado, optou por mostrar de uma forma bem-humorada que o homem não deve usar o shampoo da mulher. O trabalho desenvolvido, para uso exclusivo na internet, foi premiado no maior Festival Internacional de Publicidade.



Campanha publicitária "Popcorn Sofa"

Campanha publicitária



UM ESTUDO desenvolvido pela Dove concluiu que apenas 4 % das mulheres se consideram bonitas. Com base na visão da marca, que pediu um projeto inspirador com uma linguagem universal, a dupla, Hugo Veiga e Diego Machado, apresentou a ideia ao cliente, assumindo não terem garantias de sucesso. Consciente que o projecto o catapultou para um patamar alto da carreira na publicidade, Hugo Veiga ainda não encontra resposta para as mais de 60 milhões de visualizações que a campanha “Dove Real Beauty” teve no *youtube*. “A única forma de saber é fazer”, garantiram ao cliente depois de apresentar a ideia.

O jovem criativo português reconhece a coragem da marca de cosméticos ao aceitar o desafio com investimento financeiro num projeto sem garantias. Para o copywriter foi o exemplo de como deve ser a relação entre o cliente e a agência. “O cliente queria uma ideia e não impôs nada”, diz, tendo como única garantia a credibilidade da agência publicitária Ogilvy e de terem desenvolvido outras campanhas que obtiveram sucesso.

São Francisco, nos EUA, foi a cidade escolhida para desenvolver todas as etapas da campanha publicitária, desde o casting das personagens femininas, figuras centrais do anúncio, à realização das filmagens, que duraram apenas 3 dias. Gil Zamora foi o artista forense escolhido para desenhar os retratos falados (*sketch art*).

Com formação na Academia do FBI, alguns vídeos do seu trabalho bastaram para saber que “foi um achado”. Sem qualquer contacto visual com as mulheres, Gil Zamora desenhou dois retratos distintos de cada uma delas. Um primeiro retrato baseado na auto descrição de cada mulher, de acordo com as perguntas que fazia.



A dupla Hugo Veiga e Diego Machado com Gil Zamora, artista forense (ao centro)

mais vista de sempre



O segundo retrato foi desenhado com base na descrição feita por pessoas que não tinham nenhuma relação emocional com as mulheres, e que apenas contactaram com elas, visualmente, durante alguns minutos. No final as mulheres foram confrontadas com os dois retratos e constaram as grandes diferenças dos desenhos. A emoção das imagens da campanha não esconde que a percepção da própria beleza é bem diferente da forma como o mundo emocional as vê, mais próximo do real.

O conceito do anúncio, mais visto de sempre, foi provar às mulheres que estão erradas na forma como percebem a sua beleza, usando a autocritica para o provar. “Aprender a aceitar melhor a própria beleza e valorizar as coisas boas sem se agarrarem aos traços negativos”, tem sido o enfoque de muitas das campanhas da marca, refere Hugo Veiga. Provar que a beleza não deve ser uma forma de ansiedade ou de pressão não era um conceito novo para o cliente.

Depois de algumas filmagens, enviaram o primeiro “corte” para o diretor de marketing global da Dove, para que pudesse acompanhar o processo. A reação não se fez esperar, e segundo o criativo

português, não poderia ter sido melhor, “chorou e agradeceu imenso”. Conscientes do risco, ao longo do processo optaram por testar outras pessoas com imagens do trabalho. Rapidamente perceberam que todos se reviam na campanha.

A crítica e o público renderam-se

ao anúncio que continua a emocionar quem o vê. Considerado o melhor de 2013, “Dove Real Beauty” é a campanha mais vista de sempre. Depois de um ano intenso de trabalho, fica o sentimento de missão cumprida com algo muito inspirador para as mulheres.



No Festival Cannon Lions, com as mulheres retratadas na campanha "Dove Real Beauty"



O criativo Hugo Veiga nas gravações de um anúncio publicitário

Humilde, o criativo de sucesso encara os prémios com naturalidade, não considerando ser melhor pessoa pelo que tem conseguido profissionalmente. Representando um impulso para a carreira, os prémios deixam o criativo feliz, consciente que o sucesso não se mede com *views* no *youtube*.

As conquistas profissionais, quase fazem esquecer o início de carreira como copywriter na McCann Erickson,

em Lisboa, uma das maiores agências de publicidade do mundo. Em 2004, a vitória do Prémio Estudante do Festival Internacional de Publicidade em Língua Portuguesa abriu-lhe as portas das agências de publicidade no Brasil, onde conseguiu trabalho como estagiário. A experiência adquirida em Portugal foi uma mais-valia que fez com que o seu desempenho se destacasse, acabando por ser contratado

com redator senior, função com maior responsabilidade.

A passagem pela agência McCann traduziu-se em dois anos e meio de muita frustração para o copywriter. A demora dos projetos e o resultado final, um pouco aquém do esperado em termos criativos, foram alguns dos fatores negativos da sua passagem pela agência centenária.

A mudança para a Ogilvy São Paulo, onde ainda trabalha, foi o desafio seguinte. Com um início difícil, próprio da agência mais exigente onde trabalhou, era complicado fazer passar as ideias. Hoje há ideias muito boas, próprias de um amadurecimento criativo de toda a equipa que compõe a agência de publicidade, fazendo dela a mais premiada do mundo. Para o criativo português, a Ogilvy consegue destacar-se das demais, pela forma como se mobilizam os grupos que trabalham para que as ideias aconteçam, desde a tecnologia, à programação.

Competitivo, Hugo Veiga trabalha sempre com o objetivo de se surpreender. Não gosta de se sentir acomodado, “superar a preguiça” é algo que o faz seguir em frente.

Menos publicitários, mais criativos



Hugo Veiga, em entrevista, na Escola Superior de Comunicação Social

DOZE ANOS DEPOIS, Hugo Veiga regressou à Escola Superior de Comunicação Social, onde estudou Publicidade e Marketing.

Numa sala, repleta de alunos e professores que quiseram ouvir o melhor copywriter do mundo, Hugo explicou o processo criativo do anúncio mais visto de sempre, “Dove Real Beauty”, garantindo que “o sucesso não se mede pelo número de visualizações do “Youtube”. Partilhou imagens de outras campanhas de sucesso e as que mais o tocaram.

“O importante é saber fazer”, disse, reconhecendo ter estudado numa das melhores escolas do país. Acredita que a ascensão como criativo se deve ao talento, mas também ao empenho. O futuro da área profissional passa mais pela aposta na criatividade e menos na publicidade, disse.

Nada que não faça desde os tempos de estudante em que muitos o viam como um *workaholic*. Hoje considera que, no trabalho, muitas vezes vai além do limite do saudável.

Dos tempos de estudante Hugo Veiga recorda, com saudade, o projeto académico, que desenvolveu com 2 dos melhores amigos e colegas, para o concurso da Renault “Clio Limited Edition”. O trabalho de mais de um ano, em que colocaram, em prática, conhecimentos de várias disciplinas, levou-os à vitória. Ganharam 4 carros, um dos quais para a escola do Instituto Politécnico de Lisboa.

Trabalhar com criatividade sempre foi o objetivo do jovem portuense, não pelos salários atraentes da profissão, até porque sempre encarou que o verdadeiro artista é aquele “que não ganha dinheiro e vende quadros nas feiras”.

A passagem pela música e a apresentação têm permitido ser um copywriter mais completo. A experiência da representação permite-lhe, ainda hoje, numa reunião, posicionar-se perante o cliente a quem tem de apresentar ideias. “Todas as experiências que temos fora da área e do ambiente de trabalho vão ajudar a ser melhor profissional”, reforça Hugo.

Solicitado com frequência para dar o testemunho em palestras, Hugo aproveita para passar uma mensagem de esperança e motivação no futuro. Não, sem dizer de sua justiça, que a muitos “falta acreditar, lutar e não ter medo de errar”. Recorrendo a uma analogia futebolística, compara o seu perfil com o do antigo jogador do Sport Lisboa e Benfica, Isaías. Considerando o médio defensivo brasileiro, dos anos 80 e 90, um caso de sucesso, retrata-o como um jogador, que, não sendo virtuoso, era aguerrido. A vontade que o desportista mostrava em campo é, na sua opinião, o que falta às pessoas. “Ser um Isaías não depende de uma conjuntura económica, nem do talento, depende só da vontade de ser um Isaías”, diz o criativo.

Os mais de oito anos em terras de Vera Cruz, não apagam as saudades e a vontade de um dia regressar a Portugal. Sente-se triste ao ver que o país, continua a viver em “crise emocional de autoestima”, que, em 2006, quando partiu para o Brasil, já era marcante. 

A dupla inseparável



SÃO OS MELHORES DO MUNDO na área criativa. Hugo Veiga, português, 34 anos, copywriter, Diego Machado, brasileiro, 27 anos, diretor de arte, são Diego de La Veiga, dupla que desde 2011 coleciona prémios com campanhas publicitárias.

Hugo Veiga costuma dizer, em tom de brincadeira, que são como um casal de namorados. Reconhece que “têm uma química” que faz a diferença nos trabalhos que realizam. Para o criativo português é uma sorte trabalhar com o colega brasileiro, em quem confia plenamente. Mais novo, Diego Machado, é visto pelo “dupla”, expressão comum no Brasil, como profissional que, apesar dos poucos anos de experiência é “muito maduro, muito bom como criativo”. E os elogios continuam, “é muito responsável na forma como lida com os projetos”, diz.

Juntos idealizaram a campanha mais vista de sempre, “Dove Real Beauty”. A partir de uma ideia nova, arriscada e sem garantia de sucesso. Para a dupla não existe um segredo para o sucesso. Cada *briefing* com o cliente é um desafio que vai crescendo e que pode ir mudando. “A parte mais fácil é ter ideias, a mais difícil é conseguir a aprovação”, diz Hugo Veiga. Partilham a mesma capacidade de trabalho, a vontade de dar tudo para

conseguirem os seus objetivos, fundamental para quem está numa área criativa. “Surpreender, trazer ideias que ninguém viu, criar o novo” é o lema da equipa da Ogilvy. E é por tudo isto, quer pela experiência profissional quer pelas histórias para contar sobre as campanhas premiadas, que plateias se enchem, ansiosas e curiosas para ouvir os dois publicitários, cuja capacidade, humildade e simpatia têm conquistado o mundo.

Para além de terem em comum a língua portuguesa, e agora o sotaque, também partilham a paixão pela área criativa. Mas para Diego o início do percurso não passou por aqui. O diretor de arte, tal como Hugo, já fez uma passagem pela música, mas confessa ser um “músico falhado”. No futebol, desporto do qual Hugo também é fã, o colega brasileiro foi “um jogador frustrado”. Diego acabaria por se tornar professor de Matemática até que uma ida para os EUA o levou para a Miami Ad School, onde a área criativa passou a ser a sua vida.

Neste momento estão em São Francisco, cidade onde filmaram o anúncio da Dove que os catapultou para as primeiras páginas das revistas, rankings e marcou um ponto alto das carreiras dos publicitários.

Tenor celebra 40 anos de carreira



Luís Madureira

Mestre da arte interpretativa

Dotado de uma cultura da voz, fora de série, tem a constante preocupação com a perfeição em tudo o que faz.

Músico, cantor, ator, Luís Madureira é professor da Escola Superior de Música de Lisboa, há mais de vinte anos. Considerado pela crítica um "animal de palco", junta à rara capacidade interpretativa, uma forte e segura presença em palco. Tem uma voz flexível, os que o conhecem dizem que é um dom. O músico atribuiu o seu desempenho ao trabalho e dedicação diários. Reconhecido pelas características humanas, ajudar os outros é algo que o completa. Na vida gosta de arriscar e aceitar novos desafios. Sabe que tem na família o seu porto seguro. Figura de proa do meio artístico português comemora, este ano, 40 anos de uma carreira ímpar e polivalente.

Associando-se à homenagem, a *Politecnia* dá a conhecer este homem que tem dado corpo e voz a muitas personagens.

Textos de Clara Santos Silva





O tenor no recital comemorativo do teatro Lethes, em Faro, em 2013, interpretando Brecht

Dizem da sua voz que parece flexível, ágil, penetrante e que não canta em esforço. Mas a doçura e transparência das suas palavras, escondem uma força e determinação, reconhecidas por quem convive de perto com o tenor Luís Madureira, um músico multifacetado que se transforma quando sobe ao palco.

Nascido na cidade dos Templários, na primavera de 1955, hoje é-lhe difícil regressar a Tomar sozinho. As saudades da mãe tornam a dor demasiado forte ao recordar os locais onde passou.

Exigente nas avaliações, reconhece ter a capacidade para adaptar a voz ao que tem para dizer ou cantar. Mas trabalha muito para conseguir mostrar ao público um bom trabalho. Com uma dicção irrepreensível em qualquer língua, declama poesia como ninguém. Mas para o conseguir não hesita em ter aulas para o poder fazer.

Tem a preocupação da perfeição, ainda que costume dizer ser um preguiçoso que trabalha muito. Talvez influenciado pelas aulas com Germana Tânger, grande declamadora e divulgadora da poesia portuguesa,

rigorosa nas leituras obrigatórias, aborrece-o o ver que não há, nos artistas de hoje, uma preocupação com o uso da língua portuguesa e a clareza da voz, necessárias para passar a mensagem ao público. “Como um cantor que canta uma canção e não percebe o que se diz”.



Num recital de canto e piano, em 1982, com Olga Prats, amiga e colega

Ao contrário do que dizem não considera ter um dom. O talento é algo que vê como muito escondido, não sabe bem onde, mas que, às vezes, se manifesta. Desde que começou a pisar os palcos o reconhecimento conseguido tem sido graças ao muito trabalho e dedicação.

Sente-se à vontade com qualquer repertório e a capacidade interpretativa do tenor foi reconhecida nas várias críticas, na imprensa de outros tempos, escritas por personalidades como Maria João Avilez, Manuel Cintra, Rui Vieira Nery, Tito Lívio, Inês Pedrosa. Considerado, por muitos deles, um animal de palco, músico polifacetado, de plena maturidade, dotado de uma voz com dom. Demasiado humilde, aos olhos da irmã mais nova Leonor, considera-se um intérprete com muitas limitações. Algo que as muitas referências adquiridas ao longo de 58 anos, como gosto pela leitura e o interesse por bons espetáculos, ajudam a ultrapassar.

O sabor da música foi sentido desde cedo, fruto das muitas experiências de uma família grande unida. A mãe, Maria Luisa, tocava piano, a irmã mais velha Teresa e a tia também. Coube-lhe seguir, com gosto, a aprendizagem de tão nobre instrumento que “adorava”. O ensino de então, bem diferente do hoje se segue,



Com 4 anos à frente da farmácia em Tomar



Com os irmãos: Ana Maria, António Cândido e Maria Leonor no pátio da casa dos pais em Tomar (da direita para a esquerda)

deu-lhe a prática e agilidade na leitura musical, que facilitaram a adaptação futura, ao Conservatório, em Lisboa.

O pai, António Peres Madureira, proprietário, administrava quintas no Ribatejo, onde tinha empregados que se dedicavam à agricultura, até que as dificuldades o levaram a trabalhar na empresa de um amigo. Cinquenta anos mais velho, tinha com o pai uma relação mais distante, não no campo afetivo mas no tempo. A mãe, pessoa muito culta, com o curso do Magistério Primário, dedicava o tempo aos cinco filhos até, por necessidade se tornar professora de liceu, onde formou muitas das raparigas de então.

Os dias, em criança eram passados entre a quinta dos pais e a casa da tia até à mudança para casa dos avós paternos, no centro da cidade ribatejana. A pouca distância ficava a casa dos avós maternos, onde vivia a tia e os 4 primos, com quem conviviam diariamente assegurando uma diversão ainda maior. Juntos recuperaram o “quarto de estudo”, um pouco abandonado, onde fizeram uma espécie de teatro com direito a cortina de cena. Desviando a costureira da mãe

dos afazeres combinados, garantiam os fatos para os espetáculos. “Era o tempo das violas e das cantorias à noite”, recorda o tenor.

Teresa, a irmã mais velha foi a primeira a casar e a mudar-se para Lisboa, assumindo um papel muito importante para o desenvolvimento pessoal e cultural de Luís Madureira. Com ela aprendeu muito sobre a situação que Portugal vivia. Com a irmã viu os primeiros filmes importantes da sua vida, sempre que passava os fins de semana na capital.

O fim do curso liceal em Tomar determinou vinda para Lisboa, com entrada na Faculdade de Medicina. Na altura sonhava ser médico como o avô, Cândido Nunes Madureira, que não chegou a conhecer, e que reformou o Hospital da Misericórdia de Tomar. Era a escolha natural e facilitava, no futuro, o regresso às origens onde poderia ter um consultório.

A vida trocou-lhe as voltas, mostrando outros caminhos. No terceiro ano abandonou o curso de medicina e optou por continuar os estudos musicais no Conservatório, onde também fazia parte do coro.

Na altura o maestro Fernando Eldorado dirigia o coro, e acabou por sugerir que Luís Madureira estudasse Canto. Aceitando a sugestão, começou a fazer o curso, descobrindo a sua verdadeira paixão, optando, em definitivo, por esta área artística.

Em 1972 integrou o coro, desta feita, da Universidade de Lisboa, e



O casamento dos pais de Luís Madureira



Na estreia do espetáculo "Chansons de Femmes", numa produção do Teatro Nacional de S. João

em 74, ano de Revolução dos Cravos, conquistou um lugar no importante Coro Gulbenkian. Em 27 de março de 1974 participou no primeiro concerto da formação sinfónica.

Em 1979, conclui o curso superior de Canto com o apoio de Olga Prats, professora do Conservatório, que o acompanhou no exame final, em que interpretou a difí-

cil obra "Os Amores do Poeta" de Robert Schumann. Momento que ambos recordam e que ditou o início de muitos trabalhos em parceria e uma amizade que ainda perdura.

Foram tempos em que teve a sorte de conhecer três ou quatro pessoas que o influenciaram e ajudaram a desenvolver alguma atividade ou vontade criativa, considera da um pouco à margem do recital clássico.



Como solista no espetáculo "Orfeu no Inferno" de Offenbach

Com a compositora Constança Capdeville, a pianista Olga Prats e outros músicos, acabou por fazer algumas incursões no teatro musical, de que é exemplo o Grupo de Teatro Musical ColecViva, que estreou nos Encontros de Música Contemporânea na Fundação Calouste Gulbenkian.

O gosto pelo espetáculo era algo que vinha dos tempos de liceu. Os primeiros passos no meio artístico foram dados cidade ribatejana, onde chegou a produzir e a participar em peças de teatro, organizou conferências e muito mais. Foi mesmo numa das iniciativas que promoveu, que conheceu Hernâni Cidade, jornalista, ensaísta e crítico literário que o levou a "apaixonar-se" pelo grupo de poesia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do qual faziam parte, entre outros, Gastão Cruz, poeta e ensaísta e o ator e encenador Luís Miguel Cintra.

Em Lisboa, e depois de terminado o curso de Canto do Conservatório, atraiu-o um comentário sobre as características do ensino do professor britânico Peter Harrison, Royal Academy. Mais uma vez arriscou, concorreu a uma bolsa da Secretaria de Estado da Cultura e foi para Londres em 1981, onde foi conquistado por um ensino que parte do princípio básico de que todos nascem com voz, que consegue ser trabalhada desde que sejam espoletadas as funções que permitem a produção livre do som. Obcecado pela perfeição e trabalhador nato, durante dois anos dedicou-se de corpo e alma às aulas de Peter Harrison, de quem se tornou amigo.

Esta foi uma mudança de rumo que o levou ao encontro de algo que tanto procurava - uma maior compreensão, científica, da anatomia do órgão vocal. Percebeu nessa altura que o ouvido tem de aprender a reconhecer o bom e o mau som. Dar tempo ao órgão vocal e à capacidade intelectual para desenvolver determinadas características foi um trabalho intenso que fez durante os dois anos que esteve no Reino Unido, para o qual contribuíram os conhecimentos da medicina. Hoje, professor com uma experiência de quase 39 anos, Luís Madureira partilha o método que aprendeu, com os muitos alunos que ajuda a formar.

No regresso a Lisboa trouxe um método de trabalho que despertou o interesse de muitas personalidades da vida artística, como Constança Capdeville com quem trabalhou intensamente e o encenador Ricardo Pais, que não tardou a convidá-lo



Como Corifeu em "Amor de Perdição"

para as produções de alguns espetáculos de que se falava na altura. Foi pelas mãos do então diretor, que chegou ao Teatro Nacional D. Maria II para fazer "Passa Por mim no Rossio", de Filipe La Fera. Espectáculo marcante que assinalou o regresso da revista com um elenco de luxo, do qual faziam parte Simone, Eunice Muñoz, Ruy de Carvalho, Varela Silva, João Perry, entre outros. Para além de trabalhar as vozes dos atores, Luís Madureira participou como ator e cantor, tendo feito um dueto memorável com Simone de Oliveira, hoje sua aluna de Voz.

Não querendo ficar fechado num reportório, sempre experimentou fazer o que lhe apetecia, apesar das muitas críticas que recebeu. Depois do "Passa Por mim no Rossio", que deixou após alguns meses, houve mesmo um colega que questionou a sua identidade como artista. Era um cantor? Ator? Professor? Na altura não soube responder porque, quando confrontado com um novo desafio dificilmente pensa - porque não?

E foi um novo desafio que o levou a sair da revista de La Fera, também a convite de Ricardo Pais. "Amor de Perdição", com música de António Emiliano e coreografia de Olga Roriz levou-o até Bruxelas para participar na Europália 91, festival cultural realizado na Bélgica. Dirigido por Bruno Pizzamiglio, um dos membros da Opus Ensemble, Madureira interpretou um papel escrito a pensar em si, Corifeu, persona-



gem que regula a ação e que não existe na história original.

Em 1990 gravou para o canal público de televisão, a obra obra "Façade", de William Walton, com encenação de Luís Miguel Cintra, do Teatro da Cornucópia. Trabalho que lhe valeu rasgados elogios da crítica, que o consideraram "brilhante na interpretação" e de uma "claríssima dicção". Para a RTP integrou ainda o elenco

de duas produções para televisão do realizador Bento Pinto da França.

Fez recitais a solo com os pianistas Nuno Vieira de Almeida, Olga Prats e Jorge Moyano, tendo participado no importante Festival de Música dos Capuchos, em Almada. Numa das edições do certame em que participou por convite do diretor, José Adelino Tacanho, conheceu Jeff Cohen, pianista americano, a viver atualmente em França. A sugestão de trabalharem juntos levou à realização de um recital de canções francesas, "Chansons de Femmes", muito elogiado na altura e ao trabalho discográfico em conjunto "Luís Madureira canta Boris Vian". Hoje Jeff Cohen é o pianista com o qual trabalha mais de perto.

Paralelamente aos muitos trabalhos artísticos, sempre exerceu a atividade como professor, algo que ainda hoje adora fazer. Começou em 74 como professor de Educação Musical na Escola Manuel da Maia. Em 1981 iniciou atividade como professor de Educação Vocal no Instituto Gregoriano. À Escola Superior de Música de Lisboa, onde ainda dá aulas, chegou há mais de vinte anos, primeiro em regime de acumulação e depois a tempo integral.

A par da atividade pedagógica, foi aceitando outros convites, entre os quais o de Pedro Burmester, que em 2000 o levou até ao Porto para ser consultor artístico do Es-



Ator na peça "Os Gigantes da Montanha", de Pirandello, com encenação de Giorgio Barberio Corsetti

túdio de Ópera do Porto da Casa da Música, uma sua criação destinada a jovens intérpretes portugueses. A falta de dinheiro ditou o fim do projeto.

Nessa altura tinha ideias claras sobre o deveria ser projeto do Estúdio. Algo que fomentasse o crescimento e a prática dos mais jovens, acompanhados por pedagogos à altura. Dar a mão aos mais jovens, lançá-los no palco da vida, é uma característica do músico, que Olga Prats, que partilha esta visão, acredita ser influência de Constança Capdeville que já no seu tempo o fazia.

O trabalho no Estúdio foi uma oportunidade para voltar ao mundo da ópera, onde nunca teve uma longa experiência. Apesar de ser conhecido como cantor lírico, o tenor nunca foi muito conhecido no canto de ópera, talvez a área menos praticada ao longo da vida. Não tendo uma voz para grandes palcos, mas sobretudo para música de câmara, Olga Prats classifica-a como muito penetrante, ainda que não muito grande. Nada que o tenha limitado no papel de pedagogo assumido, com uma grande cultura da voz, reconhecida pela pianista e pelos muitos conhecedores desta matéria.

Sem um lugar importante no Teatro Nacional de S. Carlos, foi convidado para duas ou três produções na sala lisboeta de ópera e música coral e sinfónica. O teatro de ópera em Portugal, nos anos 70, era essencialmente destinado a cantores estrangeiros não dando espaço a cantores portugueses. O 25 de abril trouxe entretanto o desaparecimento da Companhia Portuguesa de Ópera e deu lugar a outras iniciativas. Surgiram grupos de trabalho que andaram a cantar pelas aldeias, através de campanhas de dinamização cultural no interior. Foi a oportunidade para muitas pessoas assistirem pela primeira vez a um concerto coral. Hoje é uma realidade que está a voltar.

Oriundo de uma cidade pequena, teve a sorte de ter sido despertado para ver coisas bonitas e reparar nelas. Acreditando que o meio social pode ajudar, reconhece que tem tudo a ver com a pessoa. Conhece quem viva num meio menos ligado às artes, e que acaba por se tornar extraordi-



Trabalho discográfico "Luís Madureira canta Boris Evian"

nário neste campo. Acredita que há características que nascem connosco, mas para as quais somos ou não estimulados.

Com uma cultura excepcional, fruto de muita vontade de saber mais e curiosidade, Luís Madureira tem uma atitude perante a vida reconhecida por amigos e colegas e alunos. Não conhece a palavra egoísta. Inquieta-o saber que não há uma preocupação real com os problemas de carácter social, como os sem-abrigo nas ruas.

Pessoa normal que diz ser, nunca sentiu o peso de transportar o pessoal para o profissional e o inverso. Não tem tal necessidade, tudo na sua vida está muito bem resolvido. A estabilidade pessoal de uma relação de 40

anos e uma família unida que sempre o apoiou parecem dar-lhe a tranquilidade, ainda que aparente, que transpõe para o campo pessoal e profissional. Contudo, atraiçoa-o a ansiedade, apontada pela irmã mais nova como fruto da vida agitada.

Adorado pela família, é considerado o "bobo" que ainda hoje adora fazer rir irmãos e sobrinhos. Em Tomar havia mesmo quem o visse como um sonhador, ideia distante da verdade, pois sempre teve os pés bem assentes na terra.

Reconhece não ser saudável. Em janeiro de 2001, um enfarte fez com que todos tremessem esperando o pior dos cenários. Sentiu uma dor e percebeu a gravidade. Não sabe co-

Dueto prazeroso

mo mas foi de metro até ao consultório do médico e lá tomou consciência da realidade. Acredita que foi algo que aconteceu por excesso de trabalho nos sete dias por semana que o ocupavam e as muitas viagens que tinha que fazer, inclusive para ver a mãe, em Tomar. Mas o mais duro dos golpes surgiu em 2002 com a perda da mãe, companheira leal, só ultrapassado com a ajuda da família e dos amigos.

As “peripécias cardíacas” continuaram e sempre que passa por estas situações fica assustado. Apesar de sentir mais resistência e de maiores cuidados, acaba por esquecer. Chegou a mudar alguns hábitos. Fumar não foi um deles. Diz que já fumou mais, dizendo com a sinceridade de que tem um vício, que nunca pensou nisso como algo que lhe fizesse mal. Tem contudo a consciência de não ser muito saudável para a voz. Nada que uma prática diária de exercícios respiratórios, não ajudem a resolver.

Ao longo do tempo não tem sentido mudanças da voz. Talvez muito devido à técnica que aprendeu e que tem permitido mantê-la saudável e estável. Maturidade física talvez, pensa que é mais fácil cantar hoje do que há uns anos. Mas já sentiu fragilidades, principalmente em sustentar as notas mais longas.

Um ser humano generoso, a amiga Luisa Cruz brinca quando diz dele que parece ter uma “Cruz Vermelha” na testa. Ajudar os outros é algo que considera muito importante, e que o levou a colaborar como voluntário na Consulta de Voz, na Unidade de Voz do Hospital Egas Moniz. Lá ajuda pacientes em recuperação depois de quase terem perdido a voz.

Hoje com mais tempo, mas mais cansado, tenta fazer ginástica sempre que pode. Passear Bambi, o seu fox terrier, pelas ruas de Lisboa, é uma das coisas que aprecia fazer, muitas vezes na companhia de um sobrinho, a quem vai relatando factos sobre a capital.

Ouve muita música, sobretudo clássica, chansons e variedades. Gosta do último trabalho de Carla Bruni e costuma ouvir Ana Sophie Foter, cantora de ópera.



Têm uma ligação muito terna, amiga e frontal. Sabem que quando um está aflito, pode sempre contar com o outro. Simone é quem dá a Luís Madureira, “genica”. Por outro lado, a artista precisa da segurança que este lhe transmite. A amizade de ambos está alicerçada num respeito mútuo e nos muitos pontos em comum. “Gostamos de tudo muito bem feito”, diz Simone.

Simone de Oliveira fala de Luís Madureira com um carinho especial. A amizade que os une tem mais de 20 anos.

Conheceu Luís Madureira, no espetáculo “Passa Por mim no Rossio, Grande revista à Portuguesa”, êxito de bilheteira concebido e encenado por Filipe La Fera, e levado à cena no Teatro Nacional D. Maria II.

Para além de ensinar o elenco a cantar, Luís Madureira contracenou com muitos dos atores, entre os quais Simone. Hoje a atriz descreve o dueto que fez com o tenor como um momento “prazeroso”, palavra que, na sua opinião, descreve na

perfeição, a experiência que teve ao partilhar a interpretação do Poema a Cesário Verde.

No Teatro Politeama, voltaram a trabalhar juntos, na peça “Maldita Cocaína”, com Luís Madureira como professor de voz do elenco. “Depois nunca mais se largaram”, diz soltando uma gargalhada.

Vê no amigo uma pessoa dotada de talento e com uma paixão enorme pelo seu trabalho. é alguém que “sabe profundamente o que faz”, diz. Simone não se cansa de dizer o quanto reconhece no amigo “uma entrega absoluta”, dizendo tratar-se de “um excelente professor”.

Ainda hoje, e sempre que tem um espetáculo Simone continua a telefonar ao professor, na expectativa de uma palavra amiga e da confiança que este lhe transmite, apesar de não conseguir perceber, como professor, como Simone ainda mantém, aos 76 anos, a voz que todos conhecem, e depois de algumas experiências difíceis. **P**

Um anjo da guarda sempre presente



Com a irmã Leonor, na casa onde nasceu, em Tomar

TERCEIRO de cinco irmãos, Luís Madureira, tem com a irmã Leonor, alguns anos mais nova, uma relação difícil de igualar.

Respeitam muito o espaço um do outro, ainda que vivam no mesmo prédio. E já antes tinham idealizado como seria viverem mais próximos, circunstância, que não imaginam com nenhum outro irmão.

Leonor aprendeu com Luís a não perder as oportunidades e sempre a

fascinou o facto deste ser bom aluno e tudo aquilo que esperam dele.

Na infância, destaca os passeios de ambos pelas zonas emblemáticas da capital, quando vinham a Lisboa passar os fins de semana com a irmã Teresa, de quem Luís sempre foi muito próximo. Perdidos em longas e profundas conversas esqueciam o tudo em redor, chegando a continuar uma viagem no elétrico, esquecendo a irmã Leonor numa paragem.

Quando pequenos, foram muitas as partidas que inventaram e partilharam. A que mais recorda aconteceu foi no casamento da irmã mais velha, Teresa, em que escondidos debaixo de um canapé, penduraram molas da roupa nos vestidos das senhoras que passavam. Com sorriso rasgado diz que “ninguém diria ao olhar hoje para o Luís”, que fosse capaz de tamanha travessura.

Fã incondicional do irmão, Leonor assiste a todos os espetáculos. Quando pequena acompanhava a mãe. Na altura em que Luís Madureira decidiu estudar em Londres, foi com a mãe visitá-lo. Viagem que não mais esqueceu e da qual ainda recorda o sabor do pão e dos passeios a três de braço dado com a mãe.

Falar do irmão nem sempre é fácil para Leonor. Os seus olhos brilham, quando pensa nele. Nesse momento sente-se envolta numa luz. Acredita que Luís é o seu anjo da guarda. É a pessoa que está sempre ao seu lado, que olha de frente para o futuro, com olhos diferentes e muita segurança. Desvalorizando as muitas críticas por parte de quem não compreende e concorda com as suas decisões.

Uma escola de música extraordinária

LUÍS Madureira conhece a Escola Superior de Música de Lisboa como ninguém. Professor da instituição desde 1988, nada lhe dá mais prazer, do que chegar, fechar-se na sala de aula, e ajudar um aluno a criar um som.

Professor de pormenores usa um método de ensino, sobretudo experimental. Tem como preocupação de levar os alunos a cantar de forma natural, sem forçar a voz.

Rafaela, aluna de Luís Madureira há dois anos, sabe que com a ajuda do professor, a sua voz nunca terá danos. Já prometeu ao professor, em jeito de brincadeira, que quando for uma cantora reconhecida, o vai

levar aos concertos para a ajudar no aquecimento da voz.

Na ESML também já estive do outro lado, sentado ao lado dos alunos, quando “um pouco por birra” e por imposição da Lei, se licenciou em Canto com 20 valores. Teimoso, apesar de pertencer ao quadro da escola de artes há muitos anos e não ter a situação profissional em perigo, optou por pedir a realização de Provas para atribuição do Título de Especialista. Muito porque, na sua opinião, as instituições não são avaliadas pelo que produzem mas sim por terem mais ou menos alunos, e por terem doutorados e especialistas.

Na escola de artes do Instituto Politécnico de Lisboa, que considera ter pessoas extraordinárias, para além de já ter formado muitos alunos, exerceu vários cargos de gestão, o último dos quais como presidente do Conselho Científico entre 2008 e 2010. Tem por isso consciência do momento particularmente difícil que a ESML hoje atravessa, com os cortes financeiros.

E é com tristeza que vê o tempo de preparação dos alunos, cada vez mais reduzido, apontando o dedo aos decisores políticos, cujas reformas, nunca tiveram em linha de conta as particularidades do ensino da música.



Mas não consegue apontar um compositor e um cantor preferido. Confessa não consumir muita música portuguesa. Não que não goste, mas o tempo é pouco para o fazer. Ainda assim gosta de Sérgio Godinho, que considera um amigo, Carlos do Carmo, Camané e Aldina.

Nos últimos anos tem ganho um fascínio pelo ballet clássico e sempre que o tempo permite gosta de ir ao teatro e ao cinema.

É-lhe difícil apontar o livro mais marcante. Na mesa-de-cabeceira tem "Tartufo" do Molière, leitura obrigatória para ajudar na preparação para o Teatro de Almada.

Gosta de Clássicos, em que se inclui Shakespeare.

Verdadeiro apaixonado por Veneza, sempre que pode é o destino escolhido para as férias. Na cidade atrai-o a relação com a água e com o imaginário. Lá sente-se um habitante local, até pelo gosto pela comida italiana, a sua preferida.

Mas as férias são muitas vezes um regresso ao passado, no qual a família se reunia, no Verão, na praia de S. Martinho. Tenta sempre que pode estar uns com os irmãos e os sobrinhos, seja em Tomar, entre fazendo passeios a pé pela cidade e idas à piscina municipal ou numa viagem programada.

Crente e católico há Leis às quais lhe é difícil corresponder. Recebeu a fé como herança da mãe, que costumava dizer ter aprendido no Evange-

lho a ser socialista. Ateia na juventude mais tarde converteu-se ao catolicismo e acabou por ser professora de Religião e Moral no liceu.

Os olhos brilham mais forte quando diz que à medida que o tempo passa recorda ainda mais os pais, espelho dos valores que ainda mantem. À semelhança da mãe, Luís Madureira é muito fiel aos princípios e valores humanos e sociais, que considera estarem a perder-se.

Não tem filhos, nada que evite as preocupações com o futuro dos que mais gosta, onde se incluem os sobrinhos, que adora. Motiva-o "sobreviver" bem e lutar contra alguma injustiça próxima. A mentira é algo que não deixa passar, comparando-a ao ato de roubar.

Adora o trabalho na Escola Superior de Música de Lisboa, muito pelos músicos, professores, colegas e alunos extraordinários.

Com um longo percurso, e chegando o ano em que assinala 40 anos de carreira, sente-se cansado. Sempre foi bom em tudo o que fez, correspondendo a tudo o que esperavam dele. Chegou o momento em que gostaria de ter mais tempo depois de ter cumprido todos os objetivos traçados.

No momento está centrado na preparação das comemorações dos 40 anos de carreira. Adora festas, tudo é motivo para festejar, sentimento que partilha com a amiga Olga Prats. Está a preparar um concerto comemorativo para o dia 29 de maio, a decorrer no Auditório Lopes Graça, em Almada, com o apoio da Câmara Municipal. Escolheu uma sucessão de poemas da escritora portuguesa Salette Tavares e lançou um desafio a sete colegas da ESML: Pedro Moreira, Luís Tinoco, Carlos Aires, José Luís Ferreira e João Madureira (sobrinho), a António Sá Dantas, atualmente a estudar na Áustria e a Jeff Cohen. Pediu-lhes que escrevam uma obra de cinco minutos para piano e voz.

No dia 1 de junho está previsto um concerto, na cidade da margem sul, no Teatro Municipal Joaquim Benite, com a participação de Jeff Cohen e outros amigos, cuja receita vai reverter a favor da sala de espetáculos almadense. Mais uma oportunidade e um pretexto para juntar a família e estar com as pessoas de quem gosta.

Motivo e motivação não são a mesma coisa

Empreendedor e Empresário

Comecemos por clarificar. Há que distinguir entre empreendedor e empresário. Que não são a mesma coisa. O empreendedor é uma pessoa que tem prazer em empreender, quer dizer em criar coisas. O empresário é alguém que gosta de desenvolver o negócio e, sobretudo, de gerir.

*Texto de Maria Duarte Bello **



UMA característica que distingue os autênticos empreendedores é a de não admitirem a hipótese do fracasso. Não é que estejam cegos ou iludidos. Antes pelo contrário, têm bem a noção da realidade. Mas a sua vontade é tão grande e tão forte que supera tudo.



Empreender é uma forma de encarar o mundo e uma certa maneira de entender a vida, com a qual nem toda a gente se sente confortável. Há quem prefira a segurança, a rotina, ou simplesmente deixar que sejam os outros a correr riscos. Quando montam um negócio essas pessoas normalmente não tem sucesso. Porque não estão habituadas às contrariedades, à frustração e não desenvolveram a capacidade de resistência e de sofrimento. Que, por vezes, têm de ser enormes.

O que nos leva a fazer uma distinção importantíssima entre motivo e motivação para iniciar um negócio.

O motivo é a causa que leva a agir. Como odiar o chefe ou a empresa em que se trabalha. Estar desempregado. Querer compatibilizar os horários familiares com os profissionais. Ganhar mais dinheiro do que sendo trabalhador por conta de outrem.

Mas a motivação é outra coisa. Nasce da vontade intensa, da expectativa, do sonho e do desejo profundo de empreender. Que constituem uma motivação sólida e duradoura do empreendedor e lhe dão a combatividade e a força necessárias para não desistir. Por isso se diz "quem corre por gosto, não cansa".

O motivo que leva à decisão de empreender não é o mais importante, desde que exista a motivação.

* Docente da Escola Superior de Comunicação Social; especialista em coaching.

1.º SER VISIONÁRIO

Identificar oportunidades de negócio em qualquer ocasião, seja viagens de trabalho, conversas ou férias. Ter sempre vários cenários para alcançar e novos caminhos para pesquisar.



2.º CAPACIDADE NEGOCIAL

Encarar a cooperação entre pessoas, parceiros e empresas para atingir objetivos de tal forma que todos saiam a ganhar.



3.º OUSADIA E CORAGEM

Ter a ousadia de transformar as ideias em realidade. Ver os fracassos como oportunidades de aprendizagem e não como derrota (são apenas um resultado como qualquer outro). Reagir e não desistir.



5.º CONHECER A REALIDADE DO MERCADO

Permite perceber as hipóteses de sucesso, avaliar alternativas, fazer escolhas e calcular os riscos. Esforçar-se continuamente para aumentar o conhecimento. Investigar, estudar e analisar.



4.º ESTABELECEER CONTACTOS

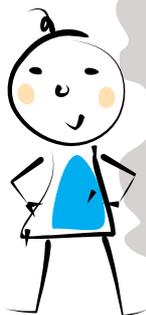
Desenvolver relações que possam servir de suporte à expansão e aprimoramento do negócio e da sua sustentação.

6.º ENERGIA FÍSICA E INTELLECTUAL

Dão força e vontade para avançar e inteligência e competência para solucionar os problemas.

7.º TER AUTOCONFIANÇA

Ter fé na capacidade pessoal e não colocar em dúvida a convicção de conseguir o que quer. Confiar nas capacidades reais do projeto assim como na autoafirmação pessoal.

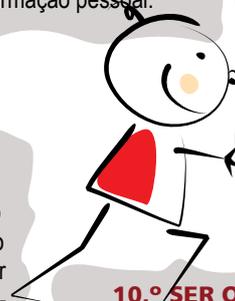


8.º ESTABELECEER METAS

Metas mensuráveis, tarefas a cumprir, flexibilidade no plano, revisão de metas, organização. O plano pode ser revisto periodicamente mediante os resultados e as circunstâncias do momento. Escolher entre corrigir ou mudar a trajetória.

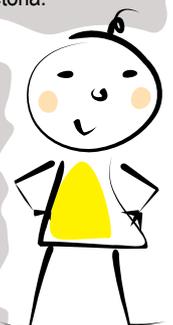
9.º LIDERANÇA

Para conseguir um grupo de trabalho leal ao projeto deve ser capaz de motivar os outros. Capaz de transformar prejuízo em lucro, insucesso em vitória, insatisfação em entusiasmo e este em paixão.



10.º SER O SEU PRÓPRIO PATRÃO

Adotar posturas que envolvam iniciativa e realização (é preciso iniciar mas só acaba quando se realiza). Compromisso e persistência, autoconfiança e persuasão, otimismo e força de vontade, tolerância e paciência com total independência mas sem isolamento.



Peças únicas ganh De bailarino a

Fascinado pelo glamour das *passerelles*, Lucas Cruz Bueno aprendeu a costurar sozinho. Aos dezoito anos desenhou e confeccionou peças de vestuário únicas para o grupo de dança que fazia parte. A marca “Cruz Bueno”, que o próprio criou, ganhou dimensão e êxito nas redes sociais. A ideia valeu-lhe o segundo lugar no concurso de vocação empresarial Poliemprende.

O reconhecimento foi decisivo para que o artista, licenciado pela Escola Superior de Dança, fosse estudar moda para Londres.

Textos de Vanessa de Sousa

EM apenas duas semanas Lucas Cruz Bueno, licenciado pela Escola Superior de Dança, conseguiu vender, através da internet, em Portugal e no estrangeiro, todas as peças de roupa desenhadas e confeccionadas por ele. Surpreendido com o êxito, aceitou o desafio da família e amigos, e, em 2012, criou a marca “Cruz Bueno” que faz questão que seja portuguesa.

Internacionalizar a marca e ter uma loja com peças exclusivas, são objetivos que espera concretizar a longo prazo. Até lá, o designer de moda, com 22 anos, que transformou a casa em que vive em atelier, concentra em si múltiplas tarefas: compra de tecidos, desenho e confecção dos modelos, e produções fotográficas para os catálogos.



am vida no corpo designer de moda



A mãe do jovem designer de moda, Lucas Bueno, inculciu-lhe o gosto pelo desenho

Empreendedor, por natureza, nem quis acreditar quando, a marca “Cruz Bueno”, conquistou o segundo lugar no concurso de ideias Poliemprende do Instituto Politécnico de Lisboa. Com o valor do prémio, mil euros, comprou manequins, matérias-primas e investiu nas máquinas de costura.

Dotado de uma enorme criatividade, tem a proeza de transformar um tecido simples e barato numa peça única. No processo de confecção recorre à técnica *moulage*, utilizada na alta costura, em que a roupa é criada diretamente nos manequins. As peças ficam com acabamento e caimento perfeitos.

Das suas colecções fazem parte peças para dança; roupas para o dia-a-dia ou



Logotipo da marca desenvolvida por Lucas Bueno

vestidos mais arrojados para eventos requintados, destinados a um público entre os 20 e os 50 anos.

A experiência em dança é a principal distinção do criador da marca "Cruz Bueno" no mundo da moda.

As múltiplas cri



Perfeccionista, por natureza, Lucas Bueno decidiu frequentar o curso superior de dança quando percebeu que para “fazer as coisas bem-feitas” tinha de estudar.

A moda ficou para segundo plano até terminar a licenciatura. A exigência dos estudos não lhe permitia ter tempo livre. Contudo, com algum esforço, reservava algumas horas e os fins de semana para desenhar e costurar.

Autodidata, passa horas a ler sobre estilistas e novas tendências. Gosta de assistir a desfiles de moda, mas confessa que não tem uma única revista de moldes. Aprendeu a costurar sozinho. A mãe, educadora de infância, ensinou-o a desenhar.

A insatisfação de não encontrar uma costureira que confeccionasse os modelos como ele idealizava, foram o impulso para, aos dezoito anos, produzir os figurinos para o grupo de dança que fazia parte. Em troca recebeu desconto nas mensalidades. Com persistência e ajuda de uma máquina de costura emprestada conseguiu concretizar o desafio.

O trabalho do jovem criativo foi elogiado pela originalidade e qualidade. Tem por hábito dizer que, em determinados momentos, “pensa em grande”, mas não tem medo de se aventurar.

Acredita que em Portugal existem estilistas que têm grande qualidade, o problema é que não arriscam.

Determinado – como ele próprio se define – um dia, encheu-se de coragem,

Marca "Cruz Bueno" venceu

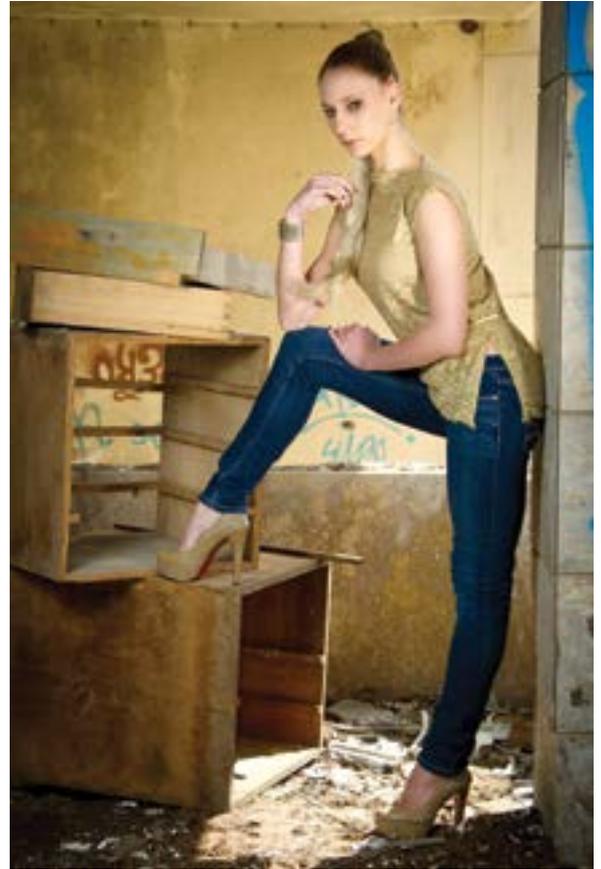


APRESENTAR A IDEIA de negócio “Cruz Bueno”, marca de peças de roupa para dança e moda, em apenas dez minutos, ao júri da 10.ª edição do concurso Poliempreende, foi a etapa do desafio que deixou Lucas Bueno mais nervoso.

No final da apresentação, longe dos olhares dos avaliadores, o recém-diplomado pela Escola Superior de Dança, insatisfeito com o desempenho chegou mesmo a chorar.

Quando percebeu que, afinal, o júri tinha elogiado o projeto, o jovem empreendedor nem queria acreditar. Empenho, esforço e dedicação, no desenvolvimento da marca, foram os aspetos mais apreciados.

ações do artista



e viajou até Londres, para apresentar o seu portfólio na loja do estilista britânico Alexander McQueen, conhecido por ter desenhado roupas para Michelle Obama, Príncipe Charles ou Beyoncé. O jovem bai-

larino ambicionava estagiar no atelier do seu estilista preferido, entretanto falecido.

O sonho ainda não se realizou, mas a vontade de aprender mais sobre moda levou-o de regresso a Londres, quando

terminou o curso na Escola Superior de Dança, em 2013. Por lá, enquanto não começa os estudos, ganha experiência como comercial numa loja de vestuário masculino conhecida.

o 2.º lugar no concurso Poliemprende

O júri atribuiu-lhe o segundo lugar do concurso, em ex-aequo, com o projeto "Office Kids" de Marisa Simões, da Escola Superior de Educação de Lisboa.

Mil e quinhentos euros foi o valor monetário atribuído a cada uma das equipas vencedoras, para além de terem recebido um prémio de incubação virtual.

Lucas Bueno candidatou-se ao concurso Poliemprende, do Instituto Politécnico de Lisboa, com as professoras da Escola Superior de Dança: Vera Amorim e Ana Marques e Catarina Kaizeler, licenciada pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.



A equipa do projeto "Cruz Bueno" com o responsável pelo Poliemprende, Vitor Gonçalves (ao centro)

Foi, entretanto, convidado para designer principal da companhia de ballet "New Generation". Em simultâneo dedica-se à sua nova colecção de roupa feminina e masculina, e está a desenvolver uma linha de malas inglesas com tecidos e materiais cem por cento portugueses. Faz questão de vir a Portugal, com alguma frequência, para adquirir os materiais que utiliza nas típicas retrosarias. Transmitir a história do país é um dos objectivos da marca "Cruz Bueno". Apesar de ter nascido no Brasil, é um apaixonado pela história da cidade lisboeta que, tantas vezes, serve de inspiração para as suas criações.

Aprendeu dança clássica, em Londres, onde viveu alguns anos com os pais durante a infância. Quando regressou a Portugal, aos treze anos, estudou contabilidade. Foi aluno do quadro de mérito. A dança continuou a ser um hobby em simultâneo com fascínio pela moda.

Curioso por natureza, o seu grande desafio é olhar para uma peça e perceber como é feita. Nas lojas tem por hábito analisar os ínfimos pormenores das peças de roupa desde as costuras ao forro. É capaz de passar horas a fazê-lo. Atribui à curiosidade cinquenta por cento do sucesso que tem conquistado.

É capaz de começar a costurar das 9 da manhã até madrugada do outro dia. Quando confeciona as peças perde a noção do tempo. Quase nem come, tem por hábito ouvir música enquanto trabalha. Extremamente exigente com ele, é capaz de fazer um vestido em duas horas, por



Lucas Bueno é o designer principal da companhia de ballet "New Generation", em Londres

vezes, quando não gosta do resultado no manequim, começa tudo de novo. Só mostra as peças ao cliente quando gosta do resultado. Já teve várias peças que foram para o lixo.

Originais e criativas, costuma, por vezes, usar nas peças, da sua autoria, materiais diferentes como penas ou pedras. Algumas encomendas de roupa foram autênticos desafios difíceis de superar.

Técnica *moulage*: a arquitetura do tecido



NA EXECUÇÃO DAS PEÇAS que cria o jovem designer de moda Lucas Bueno recorre à moldagem no manequim, conhecida como a técnica por *moulage*.

A arte de construção de roupas, de origem francesa e bastante antiga, utilizada, com frequência, na alta costura, está, desde a década 90, a ser resgatada por profissionais e escolas de moda.

Com a técnica *moulage* a roupa é criada diretamente nos manequins, ao contrário da modelagem plana, que é desenhada no papel.

O criador, na técnica por *moulage*, consegue mais rapidamente visualizar as suas ideias.



Um dos trabalhos que lhe deu grandes “dores de cabeça” foi uma peça de vestuário com duas mil pedras e cinquenta cristais, destinado aos Globos de Ouro. Não dormiu durante duas noites para finalizar o vestido. O esforço foi recompensado, com os elogios recebidos no evento, “foi um momento mágico” que valeu a pena, diz o criativo.

Considera que as peças que concebe são acima de tudo “fluídas, portadoras de uma certa linguagem”, graças à experiência que tem como bailarino e coreógrafo. A determinada altura do percurso percebeu que a linguagem da moda estava relacionada com o que fazia em dança.

Esta é a mais valia que o diferencia no mercado da moda, porque habitualmente “os estilistas não concebem as peças de roupa a pensar se vão ter fluidez para dançar”, diz o jovem designer.

Em pequeno, apesar da avó ser costureira, nunca demonstrou interesse pelo ofício. Por influência da mãe, apaixonou-se pela dança e desenho, deixando para trás o sonho de ser veterinário, mas diz que valeu a pena. **P**

QUANDO EQUACIONADAS no âmbito da educação, as Tecnologias de Apoio constituem recursos que visam diminuir ou eliminar algumas das barreiras que se colocam ao desenvolvimento e à aprendizagem de crianças e jovens com incapacidades ou limitações. Trata-se de possibilitar o acesso a ferramentas educativas e ambientais permitindo, com maior participação em situações de interação com os pares, e com a realização de aprendizagens académicas e funcionais. Nesta perspetiva, estes dispositivos asseguram uma maior equidade de oportunidades nos diversos contextos de vida.

Embora a tecnologia exista, esta já pronta a ser utilizada e constitua, hoje em dia, uma área de interesse crescente, observam-se barreiras à sua utilização, sendo de referir, entre outras, a falta de informação e de conhecimento sobre tecnologias de apoio sobre como as integrar nos contextos educativos.

Procurando diminuir a falta de informação e de conhecimento, a Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx), introduziu, no curso de licenciatura em Educação Básica, a unidade curricular optativa, “Tecnologias de Apoio para Crianças com Necessidades Educativas Especiais”. Nesta unidade curricular foram realizadas diversas atividades, como visitas de estudo a Centros de Recursos para as Tecnologias de Informação e Comunicação e à Unidade de Técnicas Aumentativas e Alternativas de Comunicação, no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian. As visitas de estudo pretendem o contacto dos estudantes com tecnologias de apoio e a compreensão das suas potencialidades.

Para além da implementação de uma unidade curricular sobre tecnologias de apoio no curso de licenciatura em Educação Básica, a Escola Superior de Educação de Lisboa está, atualmente, envolvida na investigação “Utilização de Robôs de Apoio para Promover a Educação Inclusiva”, da Universidade Católica Portuguesa. O projeto, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, visa o desenvolvimento de um produto de apoio integrado para a manipulação e co-

municação aumentativas, a ser usado em atividades escolares. Para além da ESELx integram a investigação a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a University of Alberta-Faculty of Rehabilitation Medicine, no Canadá.

No ano passado foi celebrado um protocolo entre a ESELx e a empresa AC-CAT, da área dos produtos e serviços adequados a pessoas com deficiência ou perturbações de desenvolvimento, para viabilizar o contacto direto dos estudantes com tecnologias de apoio, a par de formação teórica e de colaboração em atividades e projetos

de formação, inovação pedagógica e investigação. No âmbito deste protocolo realizou-se no mês de janeiro o Seminário “Tecnologias de apoio: recursos e estratégias de aprendizagem”, onde se procurou dar a conhecer as tecnologias de apoio aos estudantes da ESELx e aos profissionais que trabalham com crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais, sensibilizando para a importância do seu uso no contexto educativo.

* Docentes da Escola Superior de Educação de Lisboa

Mostra de tecnologias de apoio na Escola Superior de Educação



Utilização da plataforma interativa *Timocco* de reabilitação pediátrica

MAIS de 150 participantes estiveram no Seminário “Tecnologias de apoio: recursos e estratégias de aprendizagem”, organizado pela Escola Superior de Educação de Lisboa e a empresa AC-CAT. Na iniciativa, realizada em janeiro passado, procurou-se dar a conhecer as tecnologias de apoio aos estudantes da ESELx e aos profissionais que trabalham com crianças e jovens com necessidades educativas especiais, sensibilizando para a importância do seu uso no contexto educativo.

“Ler é divertido: livros de leitura fácil” foi uma das conferências integrada na iniciativa, para além de comunicações, que deram a conhecer, algumas das tecnologias de apoio

existentes no mercado, permitindo relatar experiências bem-sucedidas.

Os participantes conheceram várias tecnologias de apoio: *Magiceye*, produto que permite comunicar com o olhar; softwares *Vox4all*, destinado a facilitar a comunicação aumentativa através de dispositivos móveis; *Oscar-Feels*, que visa ajudar a trabalhar as emoções; e *Skoog*, produto facilitador do estabelecimento de uma relação e comunicação através da música.

Estudantes e profissionais tiveram oportunidade de utilizar diversos recursos pedagógicos: histórias adaptadas e outros recursos facilitadores do desenvolvimento da literacia; robôs e o uso do *Grid2* e da plataforma *Timocco*.

Há quem lamente a sorte desta geração

Jovens de hoje: em busca de reconhecimento social?

Falar sobre juventude, qualquer que seja o ângulo ou a perspectiva, significa pisar um terreno movediço, dado o elevado grau de "contaminação" (pelo senso comum, pelos debates ideológicos, pelos preconceitos) que o termo evoca. Com efeito, é preciso sublinhar que juventude é antes demais uma condição cultural, ou seja, é muito mais do que uma fase do ciclo de vida, cronologicamente circunscrita, com a agravante de ser, por definição, transitória e ambígua.

*Textos de Lia Pappámikail**

UM jovem identifica-se pelo que já não é (uma criança cujo corpo – e mente – deve ser tutelado pelos adultos) e pelo que ainda não é (mesmo que possa já se sentir): um adulto. Por outro lado, outros que já não são reconhecidos como donos de um corpo jovem, declaram sentir-se jovens por dentro, porque a juventude também pode ser definida como um "estado de espírito" ou um "modo de ser e estar".

Isto é, a juventude acaba por ser uma condição socialmente celebrada (na publicidade e nos media em geral) que simultaneamente se inveja e se despreza. Senão, veja-se.

I

Inveja-se a juventude dos corpos, o dinamismo das atitudes, a criatividade, a flexibilidade e a capacidade de adaptação mas consideram-se pouco as suas opiniões, as suas experiências, as suas preocupações. Não é incomum ouvir que os jovens de hoje são uns privilegiados, a quem os pais facilitaram a vida, que querem tudo sem ter de dar nada, que vão de carro para a manifestação e para a faculdade, que têm computador(es) e telemóveis de última geração. Seguindo a mesma lógica, mas de forma mais elaborada, verifica-se ainda que muitos *opinion makers* se referem a um declínio nas virtudes morais e éticas da juventude, agora menos trabalhadora, mais consumista, acomodada, desinteressada e protegida.



Uma juventude de quem, não raras vezes, se desconfia. É verdade que, à face da ameaça generalizada do desemprego como destino social, há quem lamente a

sorte desta geração (tão qualificada e promissora). Passam os jovens, neste caso, de ameaças a vítimas. Ou seja, a juventude ora é falada por ser um risco (para a ordem social) ou por



estar em risco (à mercê dos constrangimentos e das ameaças diversas). Ainda que possa não ser generalizada esta visão da juventude não deixa de ser socialmente partilhada nalguns setores. Insisto na palavra: visão da juventude, porque afinal é de representações de um grupo social que se trata, um grupo que na realidade é muito heterogéneo e plural.

II

Não obstante a diversidade de experiências e vivências, é um facto que os jovens de hoje cresceram em famílias que, de modo geral, centraram nos filhos a sua realização afetiva, justificando investimentos na sua escolaridade e bem-estar. Numa sociedade que preza e protege a infância, a parentalidade contemporânea é marcada fortemente por uma dupla orientação: é missão dos pais (com a colaboração da escola) formar cidadãos, livres, autónomos e participativos, mas é tão ou mais urgente proteger e preservar esses bens afetivos que são os filhos de todos os riscos

e ameaças que os possam ameaçar e prejudicar. Levar a cabo ambos os desígnios simultaneamente, contudo, é uma tarefa quase impossível, deixando muitos progenitores, a quem faltam referências e experiência, hesitantes e ansiosos quanto aos melhores caminhos (educativos) a seguir.

Estamos longe, portanto, dos tempos em que um filho era, também, um bem instrumental, fundamental à sobrevivência da família. Em que a hierarquia, autoridade e a distância emocional constituíam a gramática da parentalidade.

os jovens de hoje cresceram em famílias que, de um modo geral, centraram nos seus filhos a sua realização afetiva

As famílias contemporâneas, mais igualitárias e relacionais (numa palavra, mais democráticas), entretecem-se sobretudo de interde-

pendências emocionais, ao mesmo tempo que a dependência económica dos jovens leva a que a saída de casa dos pais tenda a ser adiada.

III

Mais, mesmo quando a corresponsabilidade não se verifica, adiam-se outras transições, como a conjugalidade ou a parentalidade.

Os jovens tendem a reportar, efetivamente, a um repertório de valores e ideais presididos pelo desígnio da realização de si e por uma valorização do presente (na família, nas relações de amizade, nas atividades profissionais e fora delas). Nessa medida modelos prescritivos de como se deve ser, bem como as sequências de transições alinhadas pela tradição, têm vindo a perder força nas últimas décadas. Este facto, que muitos entendem corroborar a ideia de que a juventude se prolonga (indefinidamente?) contribui para que alguns não levem a sério a juventude, revendo nestes sinais evidência de irresponsabilidade e imaturidade, que



© Shutterstock

mais não são, afinal, "coisas próprias da idade". A explicar estes fenómenos há, certamente, razões culturais (um certo modo de se viver a juventude, mais hedonista, confortável no seio familiar). Mas, hoje de forma mais premente que num passado recente, é preciso atender à força das razões estruturais (desemprego, precariedade laboral, limitado e difícil acesso ao mercado de habitação) que estão na base das dificuldades na emancipação juvenil. Uma emancipação muitas vezes sonhada e desejada, mas pejada de obstáculos, quando não impossível. Com a emigração a retornar em força ao léxico dos futuros possíveis, e neste cenário de (im)possibilidades, a estadia junto da família acaba por ser algo que não é só «vantajoso» para o jovem, mas que constitui frequentemente uma fonte de bem estar para os progenitores, que veem nessa presença um prolongar da sua realização afetiva e da sua missão parental.

IV

Uma nota, ainda, sobre a noção de emancipação, palavra que exprime tão bem essa ideia de devir e de libertação. Esta noção está no centro de três condições fundamentais para o indivíduo contemporâneo: a autonomia, a liberdade e a independência.

Mas conquistar liberdades, adquirir independência e construir a autonomia, são processos que se desenrolam num tempo e espaço concretos, feito de constrangimentos (muitos, atualmente) e oportunidades (algumas, ainda assim). Emancipar-se é um trajeto muitas vezes interior e subjetivo de construção de si, assente no desenvolver de competências, capacidades e virtudes que vão permitindo às pessoas serem autónomas e agirem autonomamente, de forma livre de pressões externas, e reunindo os recursos necessários para que não dependam de ninguém para fazer opções e tomar decisões. Para atingir esta condição, que tantas vezes se confunde com a categoria de adulto, não há necessariamente uma idade predefinida. Nem tão pouco depende de qualquer transição, como, por exemplo, o momento simbólico que constitui "a saída de casa dos pais".

V

Ainda assim, o acesso à condição de indivíduo joga-se em grande medida na complexa dinâmica do reconhecimento como tão bem notou Axel Honeth. Porque pode haver, e há muitas vezes, uma distância entre o direito de ser (como consagra a lei), o sentimento de já se ser (em virtude de um percurso individual) e o facto de se ser reconhecido como cida-

dão de pleno direito pelos outros. Isto é, a pessoa pode sentir e julgar-se autónoma mas não ser vista como tal, o que faz com que seja socialmente menos valorizada. É esta a raiz de algum do paternalismo ou condescendência com que os discursos públicos tratam de modo geral os jovens enquanto grupo social. Ou seja, é verdade que a lei atribui a maioria aos 18, e com ela o direito e dever de votar, mas uma maioria social, a que emana do respeito e consideração pelo outro enquanto parceiro depende, muitas vezes, do grau de adultícia que se lhe reconhece. E, apesar de vivermos um período de intenso questionamento, transformação e fragmentação dos modelos de percurso de vida, "ser-se visto como um adulto" ainda depende muito da vivência de determinadas transições (residência, escola para o mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade). Enquanto assim for, os jovens portugueses estarão, hoje mais do que nunca, suportados pelas redes de afetos familiares que os vão protegendo, mas enredados nas densas malhas de constrangimentos estruturais que os impedem de aceder aos patamares que lhes oferecem o (merecido?) reconhecimento social. P

* Investigadora e docente da Escola Superior de Educação de Lisboa

O Provedor do estudante

O ARTIGO 10.º dos estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa prevê a existência de um Provedor do Estudante do IPL. O primeiro provedor do estudante do IPL, eleito pelo Conselho Geral, sob proposta dos estudantes, pelo período de quatro anos, tomou posse no dia do IPL, em março de 2013, perante a Presidente do Conselho Geral.

De acordo com os Estatutos do Provedor, também aprovados pelo Conselho Geral, compete-lhe “apreciar as queixas apresentadas pelos estudantes, sobre matérias pedagógicas e de ação social, bem como sobre matérias administrativas e conexas, e sem poder decisório, dirigir aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar erros, ilegalidades ou injustiças”.

O provedor do estudante goza de independência no exercício das suas funções, tanto em relação aos órgãos e serviços do IPL e das suas Unidades Orgânicas, como em relação a entidades externas, públicas ou privadas.

Na página da *web* do Instituto Politécnico de Lisboa, está noticiada a existência do provedor, as suas funções e estatuto, bem como o endereço de correio eletrónico que deve ser usado para o contactar. Os estudantes podem contactar com o Provedor usando aquele endereço,



Maria de Lurdes Serrazina
A Provedora de Estudantes do IPL

Neste primeiro ano de exercício, o Provedor recebeu cerca de 20 participações de estudantes e de potenciais unidades orgânicas do IPL

podendo apresentar o assunto diretamente e por escrito, por esta via, ou marcar uma audiência, antes de formalizar qualquer participação.

Em qualquer dos casos, sempre que um estudante ou grupo de estudantes queiram apresentar uma queixa ao provedor devem fazê-lo, preferencialmente, por escrito. O provedor do estudante possui um espaço próprio nos Serviços da Presidência do IPL, onde pode ser contactado pessoalmente.

“O ter sido a primeira Provedora do Estudante Instituto Politécnico de Lisboa, eleita pelo Conselho Geral, é para mim motivo de orgulho, pela confiança demonstrada, mas também de grande responsabilidade, que tenho vindo a colocar e vou continuar a fazê-lo no desempenho do cargo.”

Neste primeiro ano de exercício, o Provedor recebeu cerca de 20 participações de estudantes e de potenciais unidades orgânicas do IPL, tendo procurado uma resposta para todas elas junto dos órgãos próprios, sempre que isso foi considerado necessário. De notar que a Provedora recebeu várias solicitações de potenciais estudantes sobre questões de funcionamento, normalmente relacionadas com o Regulamento de propinas, as quais esclareceu.

Todos os outros casos submetidos foram, após uma análise prévia da provedora, reencaminhados para os órgãos próprios das unidades orgânicas ou dos serviços de ação social, de acordo com o assunto em causa. De realçar, neste primeiro ano de atividade, um grande espírito de cooperação de todos os envolvidos na procura de soluções para as questões colocadas. É este ambiente de cooperação, que espero perdure, que permitiu encontrar respostas para a maioria das situações.

A provedora reitera a sua disponibilidade para trabalhar, em colaboração com os estudantes, nomeadamente com a direção da Federação Académica dos Estudantes do IPL, bem como com os diferentes órgãos do governo do IPL e das unidades orgânicas na procura de soluções para os problemas que afetam, ou venham a afetar, a vida académica dos estudantes do IPL.



Programa de mobilidade da União Europeia

"Erasmus +" faz-te voar

Estudantes, docentes, estagiários, voluntários, líderes de organizações juvenis e funcionários de organizações de desporto não profissionais podem candidatar-se ao Programa "Erasmus +". O novo programa de mobilidade do espaço europeu, que começou este ano e vai até 2020, substitui o Programa LLP/Erasmus. Conta com quase o dobro do financiamento, vai estabelecer 25 mil parcerias estratégicas e envolver 3500 instituições de ensino superior.

*Textos de Carla Ruivo**



DESDE 1 de janeiro de 2014, grandes mudanças se afiguram no programa de mobilidade que nos últimos 25 anos ajudou a construir uma nova Europa.

Para além da mudança de nome, Programa Erasmus+, o popular programa apresenta como uma das grandes inovações a possibilidade de circulação de estudantes e professores em mobilidade à escala mundial. Esta é apenas uma das facetas da estratégia de alargamento que pretende encorajar as Instituições de ensino superior a pensar globalmente e a capitalizar a alta qualidade do ensino superior europeu, numa nova e mais profunda interação com o mundo empresarial e de trabalho.

Vão ser as Instituições de Ensino Superior a ter como objetivo a atração de estudantes e professores, oferecendo formação superior e projetos de investigação de classe mundial. Será assim possível reforçar as parcerias transfronteiriças da União Europeia, melhorando a qualidade da educação na Europa. É esperado que, por ano, 34 mil estudantes de todo o mundo beneficiem desta oportunidade e que 250 mestrados conjuntos sejam criados durante a vigência do Erasmus+.

O programa Erasmus+ vai continuar a permitir estudar entre três e doze meses (em cada ciclo de estudos) numa instituição estrangeira, e estará aberto pela primeira vez também a professores e investigadores de instituições não-comunitárias. A comissão prevê financiar 135 mil mobilidades de atores oriundos de países terceiros.



Também estão disponíveis verbas para projetos que promovam a criação de formações conjuntas (Joint Master Programmes), atribuição de graus por duas instituições, modernização do ensino, melhorias nas instalações das universidades e aquisição de equipamento.

O novo programa da U.E. no domínio da Educação, Formação, Juventude e Desporto, a ser executado no período 2014-2020, vai basear-se no legado do programa Erasmus, tendo como objetivo proporcionar a 4 milhões de pessoas a oportunidade de estudar, dar ou receber formação, ensinar ou fazer voluntariado e vai agregar os vários programas europeus de aprendizagem ao longo da vida.

O programa Erasmus+ substitui o extinto Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (que incluía os programas Erasmus, Leonardo da Vinci, Comenius, Grundtvig), bem como os programas Juventude em Ação, Erasmus Mundus, Tempus, Alfa e Edulink, por um único programa. Tem uma dotação de cerca de 14,7 mil milhões de euros para o período de 2014-2020, um aumento de 40% em relação aos atuais programas de mobilidade para fins de educação e de formação e visa contribuir para os objetivos da estratégia Europa 2020 – um crescimento da

U.E para os próximos 7 anos inteligente, sustentável e inclusivo, e do quadro estratégico Educação e Formação para 2020 (EF2020), incluindo os respetivos critérios de referência fixados nesses instrumentos, para o quadro renovado de cooperação europeia em matéria de juventude (2010-2018), para o desenvolvimento sustentável de países terceiros no domínio do ensino superior e ainda para o desenvolvimento da dimensão europeia no desporto.

O novo programa centra-se em três tipos de ações principais (Key Actions):

KEY ACTION 1

"LEARNING MOBILITY FOR INDIVIDUALS"

A mobilidade para fins de aprendizagem transnacional e internacional dos estudantes, dos jovens, dos professores e membros do pessoal;

KEY ACTION 2

"COOPERATION PROJECTS"

A cooperação para inovação e boas práticas entre as instituições de ensino;

KEY ACTION 3

"POLICY SUPPORT FOR REFORM"

A cooperação com organismos ativos no domínio da juventude e o apoio para as agendas políticas, bem como o apoio ao reforço de capacidades em países terceiros.

A fusão destas áreas estratégicas num único programa vai apresentar vantagens tais como aumentar a eficácia, facilitar as candidaturas a bolsas e projetos, permitindo reduzir a duplicação e fragmentação de candidaturas. A concentração de esforços nesta nova arquitetura mais simplificada vai permitir maiores sinergias entre os programas existentes e entre diferentes setores da educação e, por conseguinte, reforçar a abordagem da aprendizagem ao longo da vida, aumentar a coerência da educação e melhorar o acesso a potenciais beneficiários, através de um conjunto simplificado e fundamental de ações transversais.

Para além da cooperação entre as instituições de ensino, o Programa coloca maior ênfase no papel crucial da educação e no capital humano para a inovação, promovendo as parcerias educação/empresa, visando a excelência no ensino e aprendizagem, empregabilidade e espírito empresarial.

O novo programa Erasmus+ vai ser mais importante do que nunca nestes tempos de crise socioeconómica em que vivemos com uma elevada taxa de desemprego dos jovens.

* Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade Académica

Práticas de saúde e estilos de vida

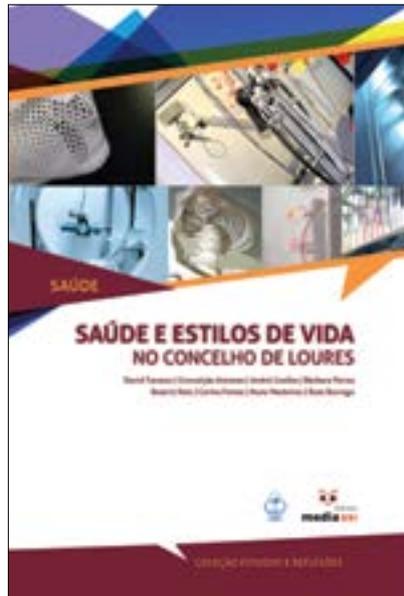
“Saúde e estilos de vida no concelho de Loures” é o primeiro livro da Coleção Estudos e Reflexões, publicado na nova editora "Imprensa Politécnico de Lisboa". Apontar estratégias e ações para a promoção da saúde dos cidadãos foi o objetivo da equipa de investigação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa e da Câmara Municipal de Loures.

Texto de Charlene Uez (estagiária Universidade Caxias do Sul)

O PRIMEIRO VOLUME da Coleção Estudos e Reflexões, “Saúde e estilos de vida no concelho de Loures”, faz uma caracterização e análise da saúde no concelho vizinho de Lisboa, com o foco em três dimensões: o estado de saúde e incidência das doenças; práticas de saúde e estilos de vida relacionados com a saúde.

Os resultados apresentados advêm de um projeto de investigação, que decorreu entre outubro de 2007 e o primeiro semestre de 2009, suportado em grande parte por um inquérito, aplicado a uma amostra representativa da população adulta residente no concelho retratado.

O estudo, desenvolvido por David Tavares, coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, André Coelho, Carina Fortes, Nuno Medeiros, Rute Borrego, investigadores da ESTeSL e Conceição Antunes, Bárbara Flores e Beatriz Reis, da Câmara Municipal de Loures, surgiu de uma parceria estabelecida entre as duas instituições.

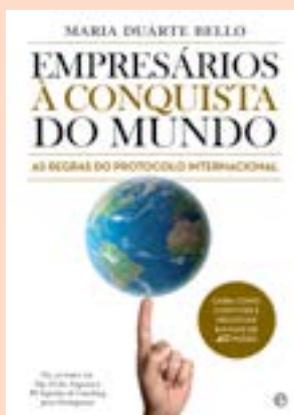


Os dados apresentados mostram um leque diversificado de variáveis, que operacionalizam as três dimensões em análise, e mostram tendências gerais e, simultaneamente, diferenças significativas e desigualdades

sociais, acentuadas entre os diferentes segmentos da população, em termos de sexo, escolaridade, classe social, nacionalidade, situação face à profissão e idade.

A leitura do livro pode assim contribuir para um conhecimento mais sustentado da saúde no concelho de Loures, útil para a definição e programação de ações específicas e de estratégias de intervenção a implementar no concelho.

Publicar textos concisos, com ideias críticas e orientação pedagógica, é o objetivo da Coleção Estudos e Reflexões, resultado de uma nova estratégia editorial para o Instituto Politécnico de Lisboa. O elevado ritmo de publicações, traduzido, até 2013, em 37 livros da Coleção Caminhos do Conhecimento e 5 volumes na Revista Científica Alicerces, levaram o IPL a assumir a edição das publicações. Disponibilizar livros em acesso aberto é outra das premissas da Imprensa Politécnico de Lisboa.



"Empresários à conquista do Mundo – As regras do protocolo internacional" é

um livro original de Maria Duarte Bello, professora da Escola Superior de Comunicação Social e especialista em Coaching. Nos dias de hoje são fundamentais os contactos a nível global. Exportar produtos, negociar com outros países, saber conviver em todo o mundo é uma necessidade de qualquer empresário. Mas para que estes contactos sejam produtivos e votados ao sucesso, é essencial conhecer as regras do protocolo internacional. Muitos

dos conflitos resultam do desconhecimento e da falta de preparação dos seus intervenientes. Antes de sermos empresários ou executivos, representando as empresas, somos pessoas. E as características da personalidade e competência negocial condicionam o desempenho profissional. Para se ser um comunicador e negociante multicultural é necessário elevar ao nível de excelência a capacidade de adaptação e respeito por culturas muito diferentes.

Num mundo globalizado, nunca há um tempo de habituação suficiente para mudanças e exigências, cada vez mais velozes. Por isso o mais eficaz será preparar-se. Saber respeitar as diferenças e capaz de encontrar pontos comuns. Ser conhecedor dos estilos e estratégias de negociação. Ser sabedor da etiqueta, da cultura, da língua, dos símbolos, hábitos e regras locais. Ser refinado no trato e especialista no relacionamento interpessoal.



Tecendo tempos e andamentos

A proposta de Teresa Vasconcelos, para o segundo volume da Coleção Ensaios e Reflexões, é apresentar uma reflexão sobre os percursos da educação de infância, à luz do desenvolvimento da pedagogia, recorrendo a experiências e reflexões pessoais.

“Tecendo Tempos e Andamentos na Educação de Infância” tem por base a “Última Lição” proferida pela autora, na Escola Superior de Educação de Lisboa, onde foi professora.

Texto de Charlene Uez (estagiária Universidade Caxias do Sul)

RECORRENDO a metáforas de andamentos musicais, Teresa Vasconcelos, docente aposentada da Escola Superior de Educação de Lisboa, acompanha a evolução das ideias recorrendo aos fundadores da pedagogia.

“Tecendo Tempos e Andamentos na Educação de Infância”, revisita figuras importantes no campo da educação, incluindo “mestres” que inspiraram a autora determinando o seu percurso de vida.

Teresa Vasconcelos interroga-se sobre quem é a criança nos tempos de hoje, e sobre a situação da criança no mundo, a partir de dois documentos fundamentais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Tomando este quadro como pano de fundo a autora procura situar a infância no cruza-

mento de diversas ciências e descreve narrativas presentes sobre/da infância, detendo-se nomeadamente na importância de considerarmos a criança como criança-cidadã. A partir deste enquadramento são longamente tecidas questões e perplexidades face ao modo como entendemos a educação da criança e a pedagogia, desconstruindo lugares-comuns como “educação centrada na criança” ou “currículo centrado na criança”.

A autora faz, ao longo da obra, implicações muito concretas para o campo da educação de infância. Relançando as questões abordadas num horizonte mais largo, Teresa Vasconcelos, preconiza mudanças sociais, éticas e culturais à medida que revisita o conceito de utopia em educação.

Teresa Vasconcelos é Professora aposentada da Escola Superior de

Educação de Lisboa, onde já foi presidente do Conselho Científico. Com reconhecida experiência na educação, já exerceu funções como Educadora de Infância. É doutorada em Ciências da Educação pela Universidade de Illinois, com especialização em Educação Pré-escolar e Elementar e é Mestre em Supervisão Educacional pelo Bank Street College of Education, em Nova Iorque. Já exerceu funções como Diretora-geral de Educação Básica do Ministério da Educação entre 1996 e 1999, e como coordenadora do Gabinete Interministerial para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Este é o segundo livro da autora publicado pelo Instituto Politécnico de Lisboa, tendo sido, o primeiro, “Prática Pedagógica Sustentada”, publicado em 2009.



“Adolescência e Autonomia: negociações familiares e construção de si”, de Lia

Pappamikail, publicado pela Imprensa de Ciências Sociais, procura perceber como se constrói a identidade do indivíduo na adolescência, um fenómeno individual, mas também familiar e social. A adolescência não diz apenas respeito a pessoas, mas também às famílias e ao que as rodeia. O livro, com 300 páginas, parte da ideia que a adolescência e juventude são, nas sociedades contemporâneas, um período do ciclo de vida partitudo e intenso de abertura ao mundo, em

que simultaneamente se expandem as relações afetivas e de amizade e os territórios de existência, tudo isto por via de um processo complexo de aquisição de liberdades e independências. São múltiplos os desafios e testes que ao longo do percurso de crescimento os jovens enfrentam, o que imprime um carácter de prova e teste aos seus desempenhos. Provas constantes donde resultam hesitações, dúvidas e vulnerabilidades. Ao mesmo tempo que crescem e amadure-

cem, os jovens procuram (ou é-lhes oferecido um espaço para) acomodar a autonomia que vão construindo na família e na sociedade. Ao reivindicar um novo estatuto e encetando um percurso de autonomização relativa, os adolescentes interpelam a família cuja acção é orientada pelo dever de simultaneamente proteger e emancipar, forçando à recomposição e transformação das relações, tomando a adolescência um período igualmente desafiante para os pais.

Na educação está o futuro do país

O MAGNÍFICO edifício da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa guarda quase 100 anos de história da educação. Construído em 1916, este edifício encerra naturalmente boas e más memórias, algumas de tempos bem conturbados na educação, outras de períodos florescentes e de valiosa produção educacional. Impossível ficar-lhe indiferente, assim como é impossível não olhar a educação como um farol do desenvolvimento de um país.

Nos anos 80, as Escolas Superiores de Educação foram criadas com o objetivo de promover uma formação de nível superior para professores e educadores de infância. Integradas na rede do Ensino Superior Politécnico, têm contribuído para uma decisiva melhoria da abrangência e qualidade do Sistema Educativo Português.

A criação destas escolas constituiu uma excelente resposta à renovação da formação de professores e educadores e marcou a aproximação irreversível da formação de profissionais de educação aos melhores padrões europeus. Destacamos a articulação entre as componentes de formação didática e o domínio dos saberes estruturantes, a valorização das Ciências da Educação, a ligação entre a teoria e a prática. Associada a esta diversidade está naturalmente a exigência de professores com formações do mais alto nível, envolvidos na investigação educacional.

Até 2006, as áreas de intervenção da ESE contemplaram a formação inicial de educadores de infância e de professores dos 1.º e 2.º ciclos e a formação contínua e pós-graduada de educadores e de professores de todos os níveis de ensino. Com o processo de Bolonha, a ESE apostou na diversificação da formação através dos cursos de Animação Sócio Cultural e de Música na Comunidade. Este último em parceria com a Escola Superior de Música de Lisboa e, por isso, pioneiro na concretização de parcerias com outras escolas do IPL.

Em 2010 abre o curso de Artes Visuais e Tecnologias. O caminho da ESE, como escola de formações em áreas emergentes e de charneira fica



Cristina Loureiro *

(...) acreditamos que vamos ultrapassar as consequências da atual crise da educação, transformando em desafios as perdas e os cortes

definitivamente traçado, conferindo-lhe responsabilidade na criação de desafios a si própria e às outras escolas do IPL.

Desde 2005, com a realização dos programas nacionais de formação contínua, a ESE ganhou maior ligação às escolas e aos professores do distrito de Lisboa. Paralelamente, a consolidação do curso de Animação Sócio Cultural tem contribuído para a diversificação de ligações a autarquias, bibliotecas, associações culturais e comunitárias, e tantas outras organizações que trabalham na comunidade.

Hoje a Escola Superior de Educação de Lisboa conta com a comunidade e a comunidade conta com a ESE. São indicadores desta ligação o número de encontros e seminários que, ao longo do ano, se realizam na ESE, o número crescente de protocolos estabelecidos, a procura dos mestrados frequentados por profissionais destas áreas de intervenção na comunidade educativa e social alargada.

Em 2011 começamos a viver alterações grandes na política educativa nacional que, associadas ao decréscimo da natalidade e à crise de emprego dos professores e educadores, constituem uma ameaça aos cursos de formação destes profissionais. Em dois anos, por imposição da tutela, a Licenciatura em Educação Básica passou de 140 vagas para 89. Esta redução drástica e forçada da nossa componente de formação na educação obrigou-nos a reforçar a intervenção em Artes Plásticas, constituindo hoje esta área uma aposta grande de investimento, tanto no que respeita à renovação do corpo docente como à reorganização dos espaços e à aquisição de recursos.

Em 2014, consolidamos um corpo docente com um número crescente de doutorados e respondemos às exigências e desafios da internacionalização. A par do desenvolvimento da formação académica, dos professores e funcionários não docentes, destacamos a capacidade de enfrentar a adversidade, a flexibilidade, o trabalho colaborativo. É com este espírito que acreditamos que vamos ultrapassar as consequências da atual crise da educação, transformando em desafios as perdas e os cortes.

Desenvolvimento profissional dos professores e educadores ao longo da vida com contributos de formação da nossa responsabilidade, aumento da investigação ligada a esta área e à utilização das tecnologias na educação, novas formações em áreas de charneira, que convocam saberes pluridisciplinares e tradicionalmente separados, com vista à constituição de equipas que intervêm na comunidade, educação das instituições num sentido análogo ao do desenvolvimento profissional de quem nelas trabalha, desenvolvimento das Artes Plásticas como área de intervenção comunitária, são novos caminhos que já iniciámos. A par destes desafios externos, também encaramos o reforço do papel da educação no desenvolvimento do próprio IPL. Certezas, apenas uma, na educação está o futuro de um país.

* Presidente da Escola Superior de Educação de Lisboa



**UM CLIENTE
UM CONSELHO
UMA SOLUÇÃO**

**SECURITAS...
O PARCEIRO NATURAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR!**

securitas.pt



SECURITAS - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A
Telf.: 21 415 46 00 E-mail: comercial@mail.securitas.pt

Alvarás: MAI n.º 22 A, 22 B, 22 C e 22 D; INCI n.º 68711
Sistema de Gestão Certificado em conformidade com NP EN ISO 9001 e 14001

SE QUERES TER FUTURO,
NÃO COMPLIQUES. POUPA.



Caixa Geral
de Depósitos

CONTA CAIXAPOUPANÇA SUPERIOR

Poupar é como estudar. Quanto mais praticares no dia a dia, melhor para o teu futuro. Com a nova conta Caixapoupança Superior, exclusiva para universitários com cartão Caixa IU ou ISIC ou Caixa Académica Estudante, é fácil poupar.

Primeiro, porque podes abri-la com apenas 10 Euros e fazer reforços quando quiseres a partir de 1 Euro. Segundo, porque além de crescer com os juros, a tua poupança ainda cresce mais se tiveres um cartão de crédito, de débito e o serviço Caixadirecta. E finalmente, porque a conta continua a render mesmo depois de acabares o curso ou começares a trabalhar.

Por isso, não compliques. Informa-te já na Caixa.

O teu futuro é na Caixa. Com Certeza.

www.cgd.pt
www.caixaiu.cgd.pt
caixadirecta IU
808 212 213
24 horas por dia
todos os dias do ano